ANEXOS B

Esse conjunto de anexos procura demonstrar que a reorganização de 2015 se amparou naquela que foi efetivada em 1995. Para tanto, traz o Decreto da reorganização feita em 1995, o decreto atual. Há também reportagens que apresentam o caminho trilhado pela SEE/SP para informar a sociedade sobre a reorganização - benefícios e prejuízos dessa política educacional. Há também as críticas à reorganização tanto por parte de estudiosos da educação quando do secretário que assumiu o posto após a saída do anterior após revogação do decreto. Nessa etapa tem-se ainda o decreto que revoga a ação do governo e as ações iniciais do secretário recém-empossado para que a escola seja um espaço de diálogo.

B1 – Decreto nº 40.473, de 21 de novembro de 1995 – Institui o Programa de Reorganização das Escolas da Rede Pública Estadual e dá providências correlatas. Em 1995, houve reorganização das escolas estaduais e um número expressivo de unidades educativas foram fechadas e algumas passaram a atender a demanda de um segmento apenas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Geral Parlamentar
Departamento de Documentação e Informação

DECRETO N. 40.473, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1995

Institui o Programa de Reorganização das Escolas da Rede Pública Estadual e dá providências correlatas

MÁRIO COVAS, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,
Considerando que atualmente a escolarização de 8 (oito) anos só se concretiza para menos de 50% dos alunos ingressantes no primeiro ano do Ciclo Básico;
Considerando que o critério de agrupamento em um único prédio, de classes de Ciclo Básico a 8ª série e, em muitas escolas, também de classes do 2.º Grau, comprovadamente gera problemas pedagógicos sérios, além de distorções no atendimento à demanda e nas necessidades de construções e de aumento de quadros docentes e administrativos;
Considerando que a escolarização em agrupamentos que reúnam alunos de faixas etárias mais próximas tem sido objeto de experiências já consagradas; e
Considerando o Parecer n.º 674, do Conselho Estadual de Educação, aprovado em 8 de novembro de 1995, publicado no Diário Oficial de 11 de novembro de 1995,
Decreta:
Artigo 1.º - Fica instituído, junto à Secretaria da Educação, o Programa de Reorganização das Escolas da Rede Pública Estadual, com o objetivo de garantir a escolarização de 8 (oito) anos, com qualidade, para todos os alunos do ensino fundamental e médio.
Artigo 2.º - Para a consecução de seu objetivo, o Programa instituído pelo artigo anterior promoverá modificações na estrutura das escolas da rede pública estadual, de maneira a permitir, em especial:
I - um melhor atendimento pedagógico às necessidades especificas de aprendizagem dos alunos, com a instalação de salas-ambiente, laboratórios e equipamentos diferenciados, mais adequados ao processo de ensino e à faixa etária dos alunos;
II - o funcionamento da maioria das escolas em dois turnos diurnos ou em dois turnos diurnos e um noturno;
III - a composição, de forma mais adequada, da jornada de trabalho do professor, com maior fixação do corpo docente em uma escola;
IV - a adequação dos espaços físicos e equipamentos ao nível de ensino da clientela escolar atendida;
V - a racionalização dos investimentos.
Artigo 3.º - Para a execução do Programa de Reorganização das Escolas da Rede Pública Estadual, o ensino fundamental e médio, regular ou supletivo, será oferecido, a partir do próximo ano letivo, em unidades escolares organizadas com classes de:
I - Ciclo Básico à 4.ª série;
II - 5.ª à 8.ª série;
III - 5.ª à 8.ª série e de 2.º Grau;
IV - 2.º Grau.
Artigo 4.º - As escolas que vierem a manter classes de Ciclo Básico à 4.º série do ensino fundamental deverão, preferencialmente, funcionar em dois turnos diurnos.
Artigo 5.º - A organização das unidades escolares nos termos do artigo 3.º deste decreto será implantada de forma gradativa, respeitando-se as especificidades locais.
Artigo 6.º - O Secretário da Educação, no âmbito de suas competências, poderá, mediante

Anexo B / 1
Folha 49
Roseli Trevisan

resolução, expedir as normas complementares que se fizerem necessárias à adequada execução deste decreto.

Artigo 7.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 21 de novembro de 1995

MÁRIO COVAS

Teresa Roserley Neubauer da Silva

Secretária da Educação

Robson Marinho

Secretário-Chefe da Casa Civil

Antonio Angarita

Secretário do Governo e Gestão Estratégica

Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica, aos 21 de novembro de 1995.

Anexo B / 1
Folha 50
Roseli Trevisan

B2 – Reportagem da Folha de S. Paulo. Tendências/Debates de 17/10/2015 – Caderno opinião – A3, que tem como título "É correta a decisão do governo de São Paulo de separar alunos por ciclo escolar?" Nessa matéria há duas opiniões, uma de Rose Neubauer e outra de Sonia Kruppa.

FOLHA DE S.PAULO — SÁBADO, 17 DE OUTUBRO DE 2015 — ★★★ opinião A3

TENDÊNCIAS / DEBATES

PAINEL DO LEITOR

É correta a decisão do governo de São Paulo de separar alunos por ciclo escolar?

SIM

A escola que faz diferença

ROSE NEUBAUER

Estudos e pesquisas sobre desenvolvimento e cognição de crianças e jovens mostram que eles têm padrões de aprendizagem diferenciados e requerem espaços e situações de aprendizagem diversos.

Revelam, ainda, que a organização do espaço da escola e da sala de aula influencia a aprendizagem e o ensino. Permite à escola e ao professor fazer diferença e aumentar as chances de sucesso dos alunos.

Isso ocorre porque crianças de 6 a 10 anos devem estudar em espaços bem sinalizados, com mobiliário adequado, que lhes propiciem segurança e orientação. Nessa idade, a aprendizagem exige concretude: manipular materiais e livros, recontar e classificar, interpretar gravuras, maquetes.

Os materiais devem estar na sala de aula, estimular os alunos à descoberta. Os espaços ao ar livre devem propiciar jogos e brincadeiras, com escorregadores, gangorras etc.

Os pré-adolescentes e jovens, por sua vez, requerem equipamentos pedagógicos e espaços mais conformes ao seu desenvolvimento cognitivo e emocional: computadores, laboratórios, bibliotecas. A quadra poliesportiva aqui é fundamental para práticas coletivas, atividades musicais, teatrais e outras que estimulem o protagonismo juvenil.

Esse é o modelo de escola que existe em países onde o ensino é de boa qualidade e nas escolas brasileiras bem classificadas nas avaliações nacionais, pois considera-se fundamental a existência de prédios, salas de aulas e equipes pedagógicas específicas para as diferentes faixas etárias.

O modelo pedagógico atual de várias escolas da rede estadual paulista, no qual crianças pequenas, adolescentes e até adultos convivem e ocupam as mesmas salas de aula, desconsidera suas diferenças biológicas, cognitivas e psicológicas.

Isso compromete a existência de ambientes de aprendizagem adequados, dificulta a atuação da equipe pedagógica e impede a melhoria da qualidade do ensino.

Consequentemente, a reorganização das escolas paulistas é urgente, necessária e importante. Separar os alunos em diferentes tipos de escolas (crianças de 1º a 5º séries; pré-adolescentes de 6º a 9º séries; jovens do ensino médio) possibilitará adequar instalações físicas, mobiliários e materiais a cada nível de ensino e de faixa etária.

A medida promove a fixação do corpo docente em uma ou, no máximo, duas escolas. O funcionamento das mesmas séries nos vários turnos da escola (manhã, tarde e noite) ampliará a oferta de aulas aos professores em uma única escola, racionalizando, inclusive, a jornada de trabalho do corpo docente.

Também potencializará a implementação, pela equipe escolar, de um projeto pedagógico para alunos com características semelhantes e diminuirá a prática do "bullying" e de outros tipos de violência contra os mais jovens.

Além disso, a medida dificulta a ação de interceptores de drogas em escolas de crianças e pré-adolescentes pela presença de familiares nas redondezas dessas escolas.

Esse é o modelo de escola que as famílias desejam e que professores comprometidos com a qualidade do ensino consideram mais adequado.

A população não deve se deixar enganar por argumentos falsos de que a evasão irá aumentar, salas ficarão superlotadas e o número de classes será reduzido. São Paulo tem hoje população decrescente e o maior percentual de crianças e jovens brasileiros nas escolas. A reorganização é o salto para o futuro, a garantia de uma melhor educação.

O que ocorrerá se prédios ficarem vazios? Serão transformados em outros equipamentos que a população necessita: escolas técnicas, postos de saúde, pré-escolas e creches.

ROSE NEUBAUER, 70, é presidente do Conselho Estadual de Educação de São Paulo e ex-secretária de Estado da Educação (governos de Franco Montoro e Mário Covas) e presidente da Fundação Carlos Chagas

Brasil em crise

O governo paparica o tétrico Eduardo Cunha para evitar o impedimento de Dilma ("Cunha negocia acordo com governo para salvar mandato", "Poder", 15/10). A oposição faz o mesmo para acelerar o impedimento ("Oposição racha após nota em que pedia renúncia de Cunha", "Poder", 15/10). Todos agarrados ao poder e aos benefícios. Desta trinca, quem pensa no Brasil, no "povo", no país? Quem acha da mais alta valia "ballast em torno de seus interesses pessoais, o Brasil afunda, sem perspectiva.

PAULO VENTURELLI, professor da UFPR (Curitiba, PR)

★

No enfrentamento entre a presidente da República e o presidente da Câmara, o povo assiste ao vergonhoso espetáculo: a presidente brada contra a corrupção, mas, incoerentemente, ao que parece, querendo uma corrupta troca. O deputado sendo poupado dos pecados cometidos e a presidente se livrando de temerosa deposição. A que ponto chegaram, pela barganha, o Congresso e o Planalto.

EDSON PASSOS, professor (São Paulo, SP)

★

O texto de Reinaldo Azevedo sobre Eduardo Cunha está equivocado ("Abaixo o golpismo!", "Poder", 16/10). A impressão é que ele, como já teve "ilusão" na seriedade do presidente da Câmara e o alçou às alturas, agora constrói argumentos para aliviar a barra do parlamentar. Eduardo Cunha é pauta principal da Imprensa neste momento porque suas malfeitorias acabam de ser expostas, mas é óbvio que os empreiteiros, os partidos governistas e seus operadores continuam sendo o centro do petrolão.

MARIANA TAMBELLINI (São Paulo, SP)

★

Dilma fez o diabo para se eleger e não vai largar o osso. Ela e o PT são o câncer do Brasil. Não há mais o que fazer. Só nos resta torcer para que a Polícia Federal e o juiz Sergio Moro consigam extirpar o câncer.

Suposto remédio

O presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica, Evanius Wiermann, disse que "os pacientes estão sendo feitos de cobaia sem garantia nenhuma de segurança ou de eficácia" sobre a utilização de fosfoetanolamina ("Justiça libera suposta droga contra o câncer sem testes em humanos", "Saúde", 15/10). É muito fácil falar em tese. Sujeito ao iminente médico pedir a opinião de quem tem como única esperança de vida esse medicamento. Meu sobrinho quer ser "cobaia", sim, e tenho a certeza de que todos os que já tentaram o que a medicina do Brasil oferece e não obtiveram resultados satisfatórios têm a mesma opinião. Todos esses pacientes têm direito de viver com dignidade como reza a Constituição do nosso país.

MARIA ELZA SIMEISTER (Campinas, SP)

★

Evanius Wiermann está completamente equivocado. O ministro Fachin em sua decisão no STF esclarece que é um medicamento experimental. Além disso, o médico pubestimos a inteligência de todas as pessoas que vão fazer uso do medicamento, uma vez que todos já sabem que serão "cobaias". A cientista que dá o depoimento falando de sua mãe expressa muito bem o sentimento de todas as famílias envolvidas com o câncer, quando declara "que se danem os protocolos científicos. Sou cientista sim, mas sou também a filha da Carmen..." ("Não quero ver minha mãe definhar", "Saúde", 15/10).

MIGUEL NASSER NETTO S. MARTELO (Campinas, SP)

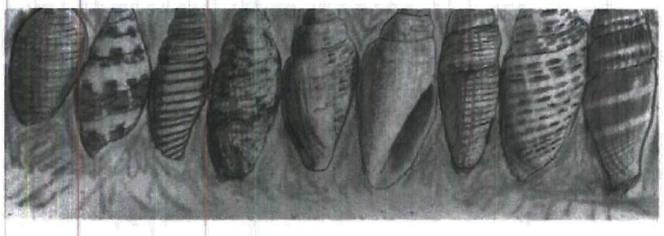
USP

Causa espanto ver uma instituição considerada núcleo de inteligência ter uma conduta tão lamentável. A excelente reportagem "USP quer cassar aposentadoria de ex-reitor" ("Cotidiano", 16/10) explicita um quadro de desperdício de dinheiro do Es-

Anexo 13 / 2
Folha 54
Roseli Trevisan 12

1 A

Anexo B / 2
Folha 51
Roseli Trevisan



NÃO

Qualidade na contramão

SONIA M. PORTELLA KRUPPA

"É que a ideologia tem que ver diretamente com a ocultação da verdade dos fatos, com o uso da linguagem para penumbrar ou opacizar a realidade" (Paulo Freire)

A população de São Paulo foi surpreendida com o anúncio, pela Secretaria Estadual da Educação, de reorganização e fechamento de escolas em 2016. Como justificativa, a secretaria usa argumentos de uma medida semelhante implantada em 1995: redução demográfica; maior qualidade no atendimento dos níveis de ensino, separando crianças de adolescentes; possibilidade de expansão do ensino médio.

Retomar a história pode elucidar problemas de implantação dessas medidas. Chama a atenção a coincidência do grupo político autor de ambas as propostas, o PSDB. É preciso lembrar que, em 1995, esse grupo se encontrava à frente do Ministério da Educação (governo FHC).

As medidas paulistas eram parte de um programa de ajuste estrutural, impulsionado por organismos internacionais —especialmente pelo Banco Mundial—, com empréstimos e assessorias preconizando o atendimento público só para o ensino fundamental regular.

Isso gerou uma maior responsabilização dos municípios por esse atendimento, uma progressiva privatização dos níveis posteriores (ensino médio e superior) e um caráter comunitário e assistencialista para a educação infantil —contrariando a ampliação da cidadania e do dever do Estado, determinados pela Constituição, então submetida à modificação pela Proposta de Emenda Constitucional nº 233/1995, apresentado ao Congresso Nacional.

Nesta época de crise econômica, o mesmo partido, o PSDB, pretende dirigir o país e prepara, a partir de São Paulo, um projeto eficiente de corte de gastos públicos para políticas destinadas ao povo.

As medidas de 1995 não melhoraram a qualidade da escola paulista. Pelo contrário, destruíram a única rede pública brasileira que tinha alcançado a condição de universalizar o ensino fundamental num único prédio, ampliando o diálogo entre os professores na passagem dos anos iniciais para os anos finais do ensino fundamental e médio.

A municipalização distanciou ainda mais os professores e seus projetos; a população viu-se às voltas com a matrícula de seus filhos em escolas nem sempre próximas; e jovens de diferentes territórios urbanos foram expostos ao relacionamento imposto num mesmo espaço. A contenção do gasto público, contudo, foi exitosa.

Em 1999, a Secretaria da Educação voltou ao número de professores e especialistas de dez anos antes. Foram desativadas, pelo menos, 150 escolas, diminuindo 10.014 classes, já na passagem de 1995 para 1996. A rede estadual diminuiu 376.230 atendimentos entre 1995 e 1998, com um decréscimo de 5,61%, enquanto as redes municipais aumentaram 841.860 atendimentos, crescendo quase 60%.

O projeto atual movimentará mais de 1 milhão de alunos. As entidades do magistério preveem mesmo número de escolas fechadas. Na sequência da mais longa greve do magistério paulista, esse anúncio ameaça a categoria, dificultando a qualidade no fim deste ano letivo.

A população não é gado que se remove e se confina em espaços predeterminados. O passado nos faz descrentes de qualquer benefício à qualidade e à oferta da educação dessas medidas. Os jovens já se organizam e o movimento de contestação ganha as ruas. Reagir é preciso! Adiar a implementação é necessário e de bom senso.

SONIA M. PORTELLA KRUPPA, 64, professora da Faculdade de Educação da USP, foi chefe de gabinete da Secretaria municipal de Educação de São Paulo nas gestões Paulo Freire e Mario Sergio Cortella (governo Erundina)

ger e jogou o país num verdadeiro inferno. Agora, ela e Cunha, outro que faz o diabo para se manter no cargo, dão-se um abraço de afogados e Lula os enlaça com todo amor e carinho. Um retrato fiel da tal "força moral e reputação ilibada" da presidenta num autoelogio de dar engulhos até em estômago de urubu ("Dilma critica, 'moralistas' e 'conspiradores'", "Poder", 15/10).

ELIANA FRANÇA LEME (São Paulo, SP)

★

Fantástica a foto do ex-presidente Lula na "Primeira Página" de 14/10. Parece que está pedindo algo aos deuses ou rogando praga na elite branca. Parabéns.

JOSÉ ANTÔNIO GARBINO, médico (Bauru, SP)

Ustra

Imaginem os "anjinhos" que eram os prisioneiros do DOI-Codi, que até então acusavam o coronel Ustra de ser seu algoz. Descanse em paz, comandante ("Morre Ustra, chefe da repressão na ditadura", "Poder", 16/10). Certamente o senhor agora está num mundo melhor do que este.

DAVID B. NASCIMENTO (Itapetininga-SP)

Maluf

O senhor Paulo Pereira da Silva não tem autoridade moral para criticar ninguém ("Tiroteio", Painel, 14/10). Ele foi condenado pela Justiça em 2011, devido ao superfaturamento de uma fazenda em Piraju, no interior de SP.

ADILSON LARANJEIRA, assessor de imprensa do deputado Paulo Maluf (São Paulo, SP)

tado similar ou superior ao que ocorre no Judiciário e no Legislativo. O Brasil não pode mais conviver com situações tão ofensivas e prejudiciais. Na semana em que se festeja o dia do professor, esse herói se vê diante de um quadro diferenciado e injusto.

ALFREDO STERNHEIM, jornalista e cineasta (São Paulo, SP)

★

O reitor da USP disse que diminuir 20% dos recursos não impactaria a instituição ("Crise financeira faz USP congelar 20% dos gastos", "Cotidiano", 16/9). Isso está provocando danos na USP: desmonte do HU, não reposição de docentes e funcionários, entre outros. Eis exemplo referente a medida sobre uma banca de mestrado: "(...) A USP está passando por restrição orçamentária, não temos verba para passagens aéreas e nem para auxílio a professor externo. Sendo assim, a participação do professor (...) será por skype, ou se preferir poderá chamar o suplente". Esse procedimento é saudável?"

JOÃO ZANETIC, professor do Instituto de Física da USP (São Paulo, SP)

Futebol

Está acontecendo com o Lucas Lima, guardadas as devidas proporções, o que ocorreu com o Neymar, em seus últimos meses de Santos: virou a caça da vez! ("Santos é derrotado pelo Grêmio em confronto direto pelo G4", "Esporte", 16/10).

VIRGILIO ROCHA DE SOUZA LIMA (Itauna, MG)

» LEIA MAIS CARTAS NO SITE DA FOLHA - www.folha.com.br/paineldoleitor

» SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE: saa@grupofolha.com.br
0800-775-8080 Grande São Paulo: (11) 3224-3090

» OMBUDSMAN: ombudsman@grupofolha.com.br 0800-015-9000

ERRAMOS

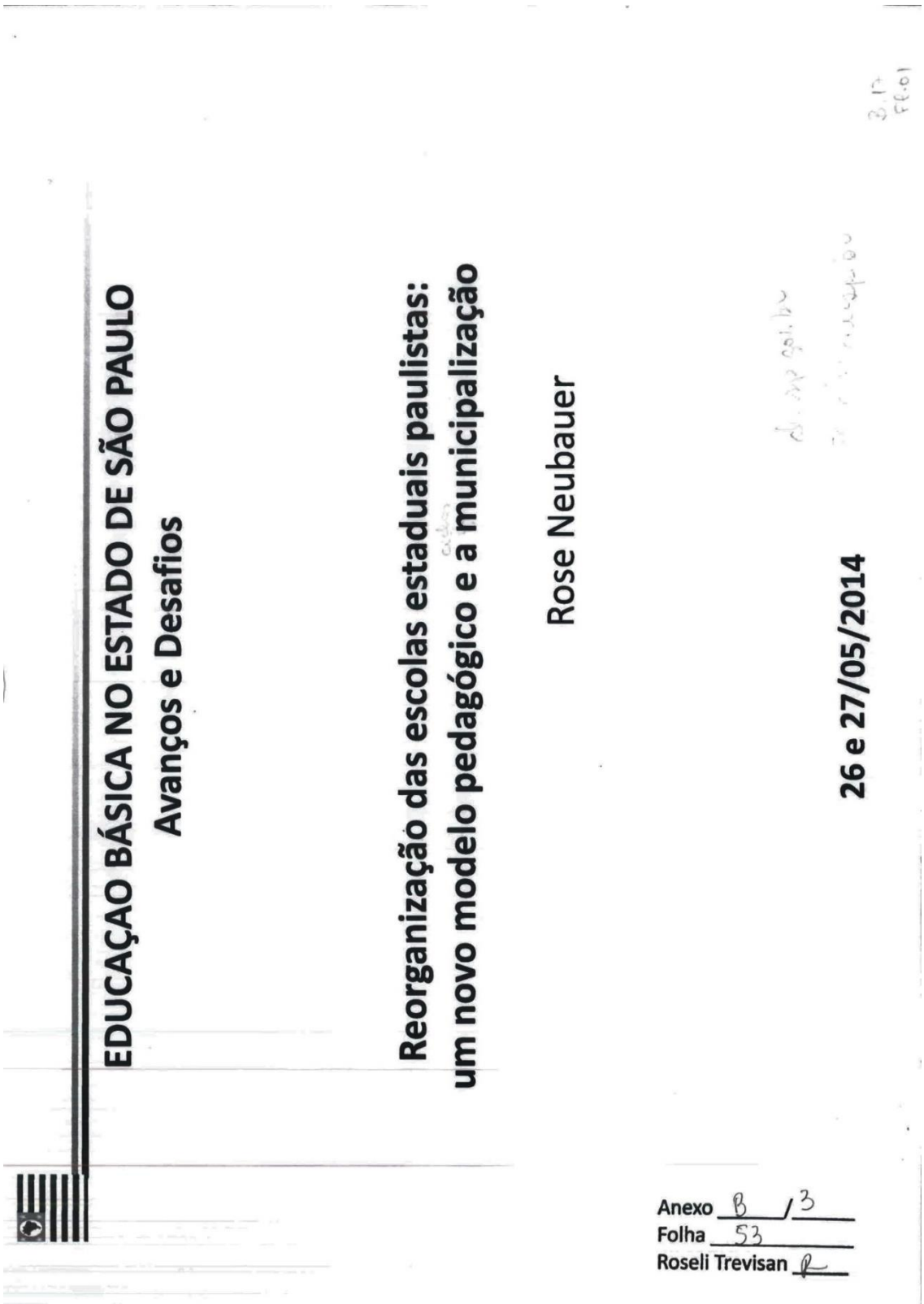
erramos@grupofolha.com.br

MERCADO (9.OUT, PÁG. A17) Diferentemente do que foi publicado na reportagem "BC diz que inflação já está 'reancorada'", o ciclo de preços das commodities está em baixa, não em alta.

Anexo B / 02
Folha 52
Roseli Trevisan R

Anexo B / 2
Folha 52
Roseli Trevisan R

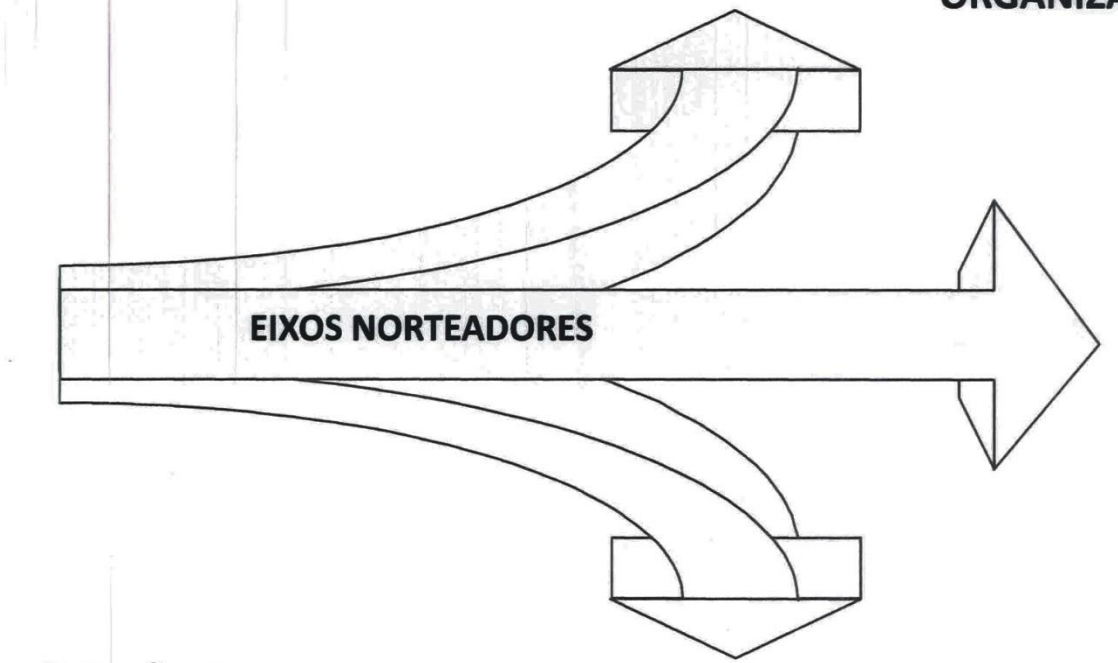
B3 – Composto de Slides de Rose Neubauer. Título principal: Educação Básica no Estado de São Paulo. Avanços, desafios. Subtítulo: Reorganização das escolas estaduais paulistas: um novo modelo pedagógico e a municipalização das escolas. Datado de 26 e 27/05/2014. São telas que apresentam dados estatísticos sobre evasão, retenção e demonstra a necessidade de gerenciar os problemas identificados.



PRINCIPAIS PROBLEMAS ENCONTRADOS

- ✓ GIGANTISMO /ESTRUTURA MOROSA E INEFICIENTE
- ✓ DISFUNÇÕES E EXCESSIVA CENTRALIZAÇÃO / DUPLICIDADE DAS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS
- ✓ ALTOS ÍNDICES DE RETENÇÃO E EVASÃO (1 MILHÃO E 500 MIL ALUNOS/ANO)
- ✓ MAIORIA 10 ANOS NA ESCOLA – ESCOLARIDADE MÉDIA 6ª. SÉRIE
- ✓ USO INADEQUADO DOS EQUIPAMENTOS ESCOLARES
- ✓ PRESENÇA INCIPIENTE DE MAT. DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS
- ✓ INSIGNIFICANTE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA OFERTA DO ENSINO
- ✓ PROFUNDA DESIGUALDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS (ESCOLA PADRÃO JORNADA ÚNICA x COMUM)

Anexo 8 / 13
Folha 54
Aseli Trevisan
2



Anexo B / 3
Folha 55
Roseli Trevisan

3

317 f 02

MODELO PEDAGÓGICO EM 1995

- ✓ DIFERENTES FAIXAS ETÁRIAS NUMA MESMA ESCOLA – ENTRAVES A PROJETOS ADEQUADOS A CADA SEGMENTO
- ✓ DIVERSIDADE DE SÉRIES ATENDIDAS EM ESC. PEQUENAS - 5 A 10 SALAS DE AULA
- ✓ CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES AFETADAS – TRÊS OU QUATRO ESCOLAS PARA COMPLETAR JORNADA
- ✓ AMBIENTES ESCOLARES IMPOSSIBILITAVA BOA ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA
- ✓ MAIORIA DAS ESCOLAS COM JORNADAS ESCOLARES ENCURTADAS
- ✓ OCIOSIDADE NA OCUPAÇÃO DE SALAS DE AULA EM ESCOLAS PRÓXIMAS

NOVO MODELO PEDAGÓGICO

- ✓ SEPARAR ALUNOS DE FAIXAS ETÁRIAS EM DIFERENTES ESCOLAS
- ✓ ADEQUAR AMBIENTES PEDAGÓGICOS
- ✓ GARANTIR REFORÇO PARA APRENDIZAGEM EM PROGRESSÃO CONTINUADA

Anexo B / 3
Folha 56
Roseli Trevisan R

REORGANIZAÇÃO DA REDE

AÇÃO DE MAIOR IMPACTO DA S.E.E.

OBJETIVO: IMPLANTAR UM NOVO MODELO PEDAGÓGICO

PROCEDIMENTOS

- ✓ **PLANEJAMENTO E DISCUSSÃO NOS ÓRGÃOS CENTRAIS, COORDENADORIAS E DELEGACIAS**
- ✓ **APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO COM USUÁRIOS DA ESCOLA E INSTÂNCIAS DA SOCIEDADE (LEGISLATIVO, UNIVERSIDADE, JUDICIÁRIO)**
- ✓ **ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE MATERIAIS P/ESCOLAS, PAIS,ALUNOS**

Anexo B / 03
Folha 57
Roseli Trevisan

2 17.0f03

CADASTRAMENTO

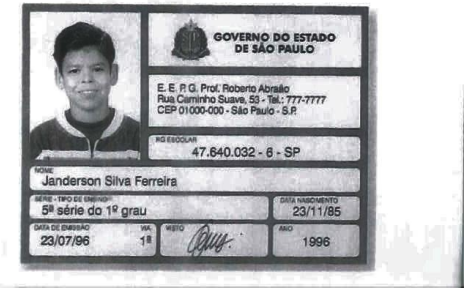
ATINGIU-SE 8 MILHÕES DE ALUNOS DE 1o. E 2o. GRAU

ESTADUAL/MUNICIPAL/PARTICULAR

OBJETIVOS

- ✓ **IMPEDIR A DUPLICAÇÃO DE MATRÍCULAS INICIAIS: CENSO 1991**
- ✓ **286 MIL "MATRICULAS FANTASMAS"**
- ✓ **TER SEGURANÇA DA OCUPAÇÃO DAS SALAS DE AULA E ESCOLAS**
- ✓ **MAIOR CONTROLE DE FLUXO E TOMADA DE DECISÕES**

Anexo B / 3
Folha 58
Roseli Trevisan



PERFIL DAS ESCOLAS

67% DAS ESCOLAS ORGANIZADAS NUM MODELO PEDAGÓGICO ADEQUADO ÀS NECESSIDADES DAS DIFERENTES FAIXAS ETÁRIAS

TIPO DE ESCOLA	1995	1996
CB a 4ª. SÉRIE	559	3.025
5ª. a 8ª.	-	410
5ª a 8ª e 2º. grau	-	1.066
2º grau (+ CEFAM)	104	137
CB a 8ª. e 2º. grau com separação de ambiente	-	295
CB a 8ª. série	3.659	1.008
CB a 8ª. e 2º. grau	2.461	779
TOTAIS	6.783	6.720

Anexo B / 03
Folha 59
Roseli Trevisan

B12
fl 04

RACIONALIZAÇÃO NO USO DOS EQUIPAMENTOS

MENOR NÚMERO DE TURNOS

No. de Turnos	Escolas 1995	Escolas 1996	Variação %
4	1.039	537	-48%
3 D	254	125	-51%
2 D + N	4.344	3.385	-22%
2	999	2.373	+138%
1	147	300	+104%
TOTAL	6.783	6.720	

Anexo 3 /03
Folha 60
Roseli Trevisan PC

ENSINO MÉDIO

Indicadores

	Promoção	Retenção	Evasão	
	1978	67,6	17,1	13,3	+5,6
+2,7				
+13,3	1994	70,3	10,8	18,9	
	1997	83,6	3,6	12,8	-6,1

Anexo B /03
Folha 61
Roseli Trevisan

ENSINO FUNDAMENTAL

Indicadores

	Promoção	Retenção	Evasão	
1978	68,5	24,3	7,2	
+8,5%				+1,7%
1994	77,0	14,1	8,9	
+ 13,8%				- 3,5%
1997	90,8	3,8	5,4	

Anexo B / 03
Folha 62
Roseli Trevisan

ENSINO MÉDIO

	Promoção	Retenção	Evasão	
1978	67,6	17,1	13,3	+5,6
1994	70,3	10,8	18,9	+10,5
2002	82,3	9,3	8,4	
2008	78,6	16,0	5,4	- 1,4
2012	78,7	13,2	7,0	

+2,7 (1978 → 1994)

+12,0 (1994 → 2002)

- 3,6 (2002 → 2008)

Fonte: CIE – Sistema de Informações da SEE-SP

Anexo B /03
Folha 63
Roseli Trevisan

ENSINO FUNDAMENTAL

	Promoção	Retenção	Evasão	
1978	68,5	24,3	7,2	
				+ 1,7
+8,5				
1994	77,0	14,1	8,9	
				- 6,0
+ 15,0				
2002	92,0	5,1	2,9	
+ 1,0				
2008	92,0	6,6	1,4	
				- 0,8
2012	93,0	4,9	2,1	

Anexo B / 03
Folha 64
Roseli Trevisan

Fonte: CIE – Sistema de Informações da SEE-SP

MELHOR PLANEJAMENTO DA REDE FÍSICA

- ✓ DESATIVAÇÃO DE 148 ESCOLAS OCIOSAS E DESNECESSÁRIAS
- ✓ CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS E SALAS DE AULA EM LOCAIS COM DEMANDA REAL ?

Anexo B / 3
Folha 65
Roseli Trevisan R

B17 fl.05

MELHORES CONDIÇÕES ENSINO E APRENDIZAGEM

- ✓ 4,5 milhões de alunos com 5 horas de aula por dia
- ✓ Instalação de salas-ambiente
- ✓ Fixação do professor em uma única escola
- ✓ 3 horas semanais para os alunos de recuperação paralela
- ✓ Coordenador pedagógico em todas escolas diurno e noturno
- ✓ 2 horas semanais de trabalho coletivo do prof. na escola

Anexo B / 3
Folha 66
Roseli Trevisan

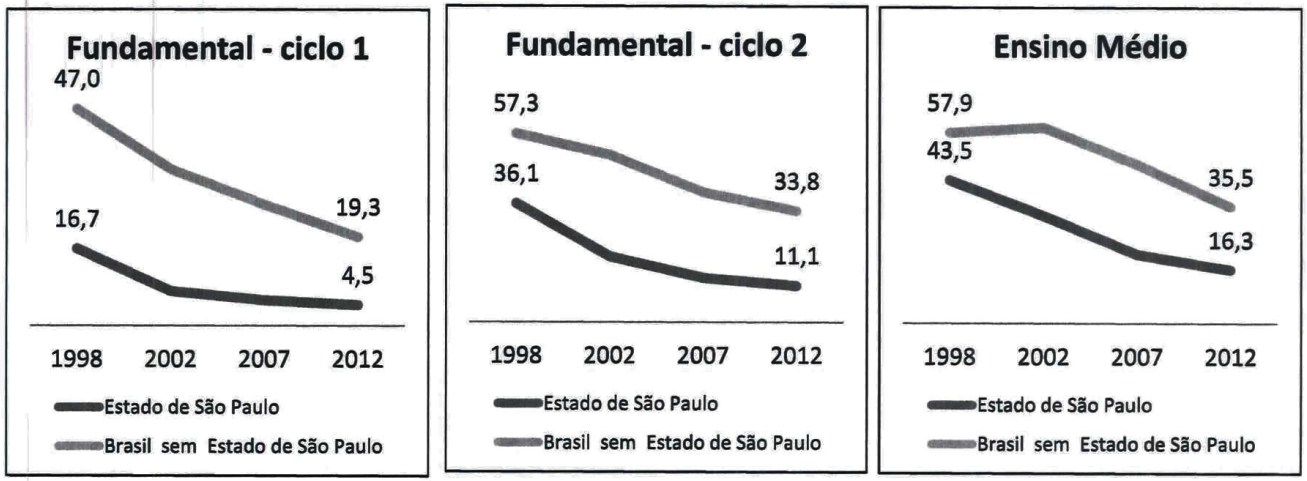
MELHORIA DO FLUXO ESCOLAR
DISTORÇÃO IDADE SÉRIE- ENSINO FUNDAMENTAL

Todas as redes	1996	1998	2002	2006	2008	2010
Brasil	47,0	46,6	36,3	28,6	22,1	23,6
São Paulo	30,5	26,4	16,3	9,7	10,0	8,4

Fonte: IBGE/Pnad

Anexo B / 03
Folha 67
Roseli Trevisan

DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE



Anexo B / 03
Folha 68
Roseli Trevisan

APRENDIZAGEM EM PROGRESSÃO CONTINUADA

- ✓ **Deliberação CEE nº 9/97 regime de progressão continuada para o ensino fundamental**
- ✓ **Resolução 04/98, SEE adota regime de progressão continuada em dois ciclos**
- ✓ **Mudanças que criaram as bases para a progressão continuada**
  - **Duas horas semanais remuneradas do docente na escola**
  - **SARESP/SP permitia a escola identificar pontos frágeis e corrigir rumos**
  - **Programas de reforço e recuperação (fundamental e médio)**
    - **Recuperação Paralela** - 3h/semana fora do horário das aulas entre um turno e outro
    - **Recuperação de Férias** - 100 horas a mais em janeiro
    - **Classes de recuperação -número menor de alunos** (entre 10 e 15)

Anexo B/03
Folha 69
Roseli Trevisan R.C

PROGRESSÃO: PROPOSTA POLÊMICA

- ✓ Sistema de ciclos antigo: na rede estadual SP- 1968 (níveis I e II) 1984 – Ciclo Básico e na rede municipal - em 1990, Luísa Erundina, três ciclos: 1ª à 3ª , 4ª à 6ª, 7ª e 8ª séries

- ✓ Imprensa, professores e pais de alunos reagiram contra ela. O mito das vantagens da repetência prevalecia, embora estudos teóricos e pesquisas (Poppovic, Costa Ribeiro) apontassem, há décadas, suas consequências deletérias no desenvolvimento cognitivo e na motivação para aprender.

- ✓ Sistema de ciclos é adotado nos sistemas de ensino de 12 estados do Brasil

- ✓ O alunos no sistema de progressão continuada em ciclos tem DESEMPENHO SEMELHANTE AO DE ALUNOS DO SISTEMA SERIADO. Entretanto, TAXAS DE EVASÃO SÃO MENORES E MAIORES CHANCES DE CONCLUSÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO. MAIOR MOTIVAÇÃO PARA MANTER-SE NA ESCOLA.

Anexo 6 Folha 20 Roseli Trevisan

Pesquisa IPEA. Resultados semelhantes são apontados por Sergei Suarez Dillon Soares, em sobre a repência no contexto internacional (IPEA, agosto, 2007).

COM RELAÇÃO À TAXA DE EVASÃO

... mostra que a duração do regime de ciclo mostra efeito positivo, enquanto o número de ciclos, efeito negativo. Estes resultados sugerem que quanto mais longo o ciclo, e quanto menor o número de ciclos, maior o impacto sobre a taxa de evasão....

Anexo B / 3
Folha 71
Roseli Trevisan

COM RELAÇÃO A ADOÇÃO DE CICLOS

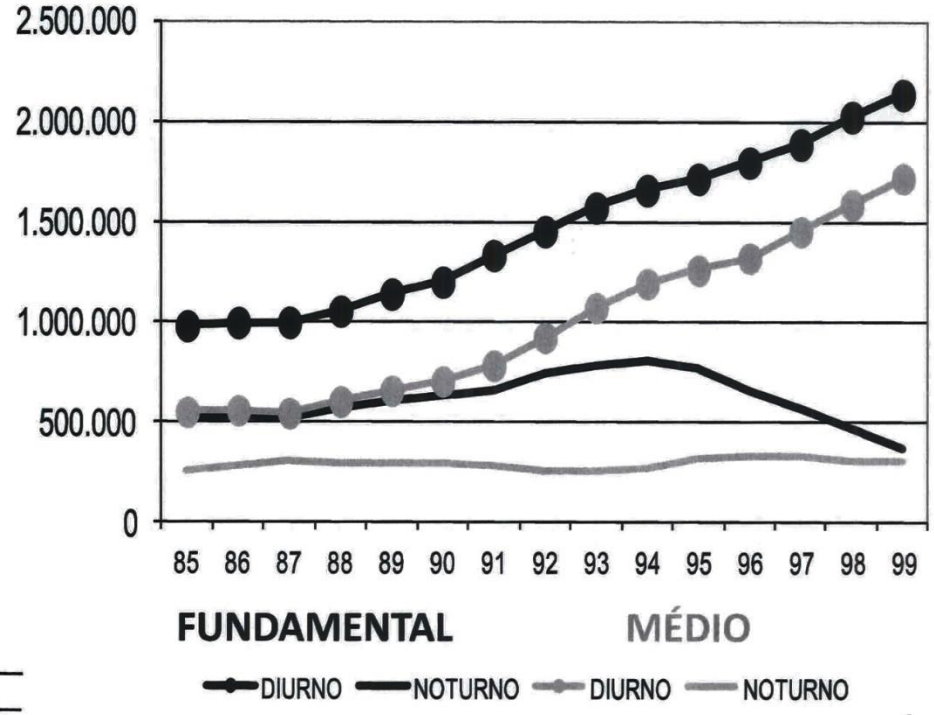
... o efeito da progressão continuada não é negativo sobre o desempenho escolar medido por testes de aptidão... A adoção do programa de progressão continuada, tem atingido seus objetivos de aumentar o incentivo para a permanência do aluno na escola, o que tem como consequência direta a melhora direta da renda futura do país e também a uma menor desigualdade

Existe consenso na literatura sobre a relação positiva entre nível de escolaridade e salário...

Anexo B / 3
Folha 72
Roseli Trevisan

CRESCIMENTO DA MATRÍCULA

Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries) e Ensino Médio



Anexo B 13
Folha 73
Roseli Trevisan

SAEB 2001 – EFEITOS DO CICLO

Pesquisa Naércio Menezes-Filho (FEA/USP) analisa efeitos do ciclo na evasão e desempenho escolar em vários Estados do Brasil

Taxas de evasão e aprovação

	Seriado	Ciclo Brasil	Ciclo SP
Ensino fundamental			
evasão	12,29	6,73	3,66
aprovação	75,19	86,54	91,29
reprovação	12,51	6,73	5,05

Anexo B / 03
Folha 74
Roseli Trevisan

Qualidade da Educação em São Paulo
Análises do IDEB

Centro de Políticas Públicas

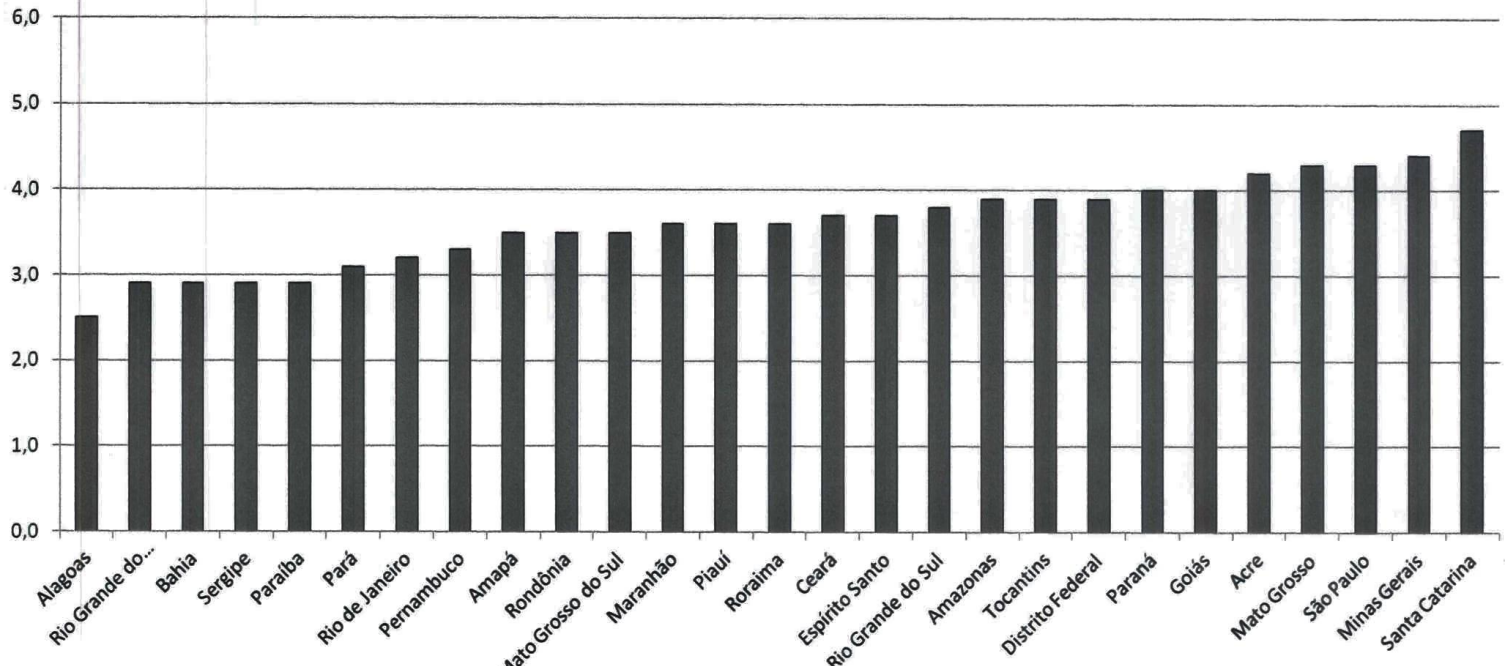
Prof. Naércio Mendes Filho

Anexo B / 3
Folha 75
Roseli Trevisan R

Qualidade da Educação em São Paulo

Centro de Políticas Públicas

IDEB 2011 – 8a série - Escolas Estaduais



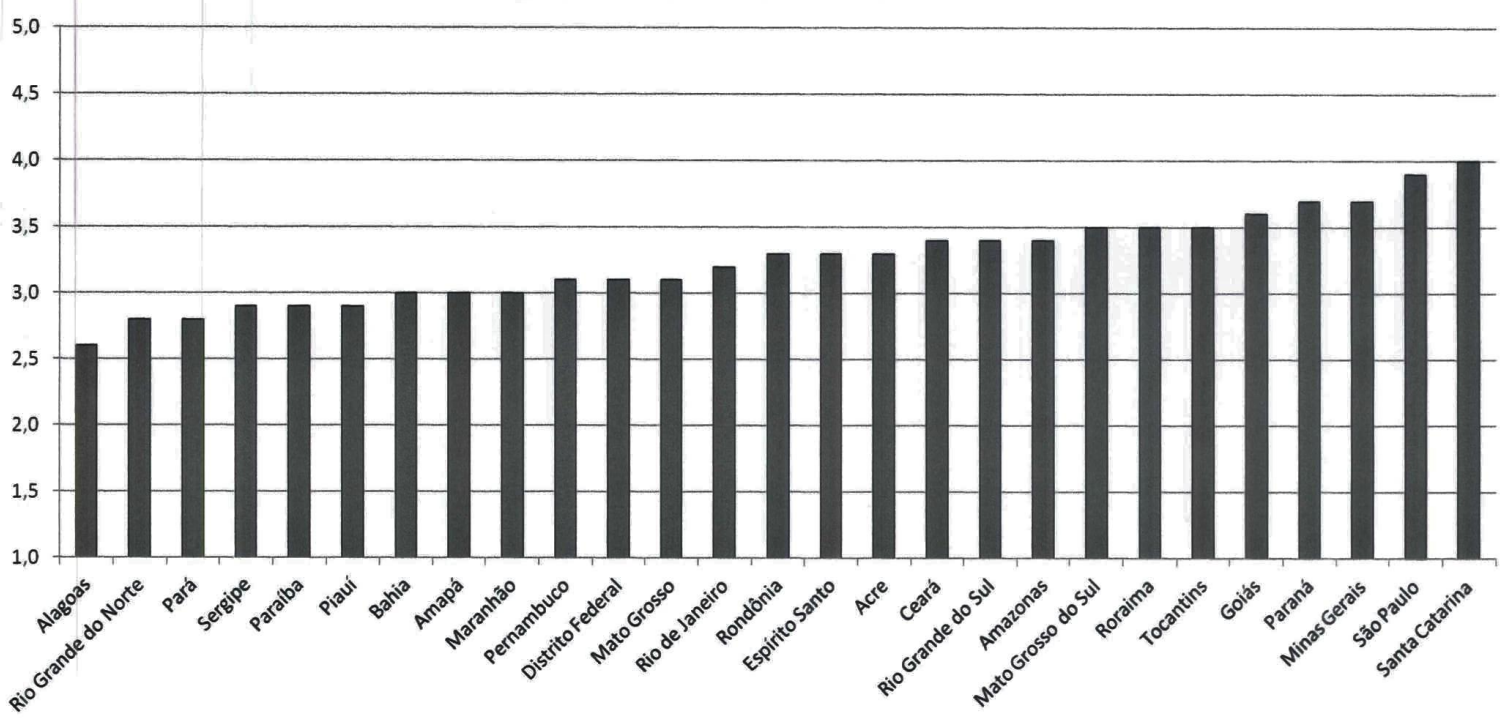
Anexo B / 3
Folha 76
Roseli Trevisan

Fonte: MEC/Inep - Gráfico: Elaboração Própria

Qualidade da Educação em São Paulo

Centro de Políticas Públicas

IDEB 2011 - Ensino Médio - Redes Estaduais



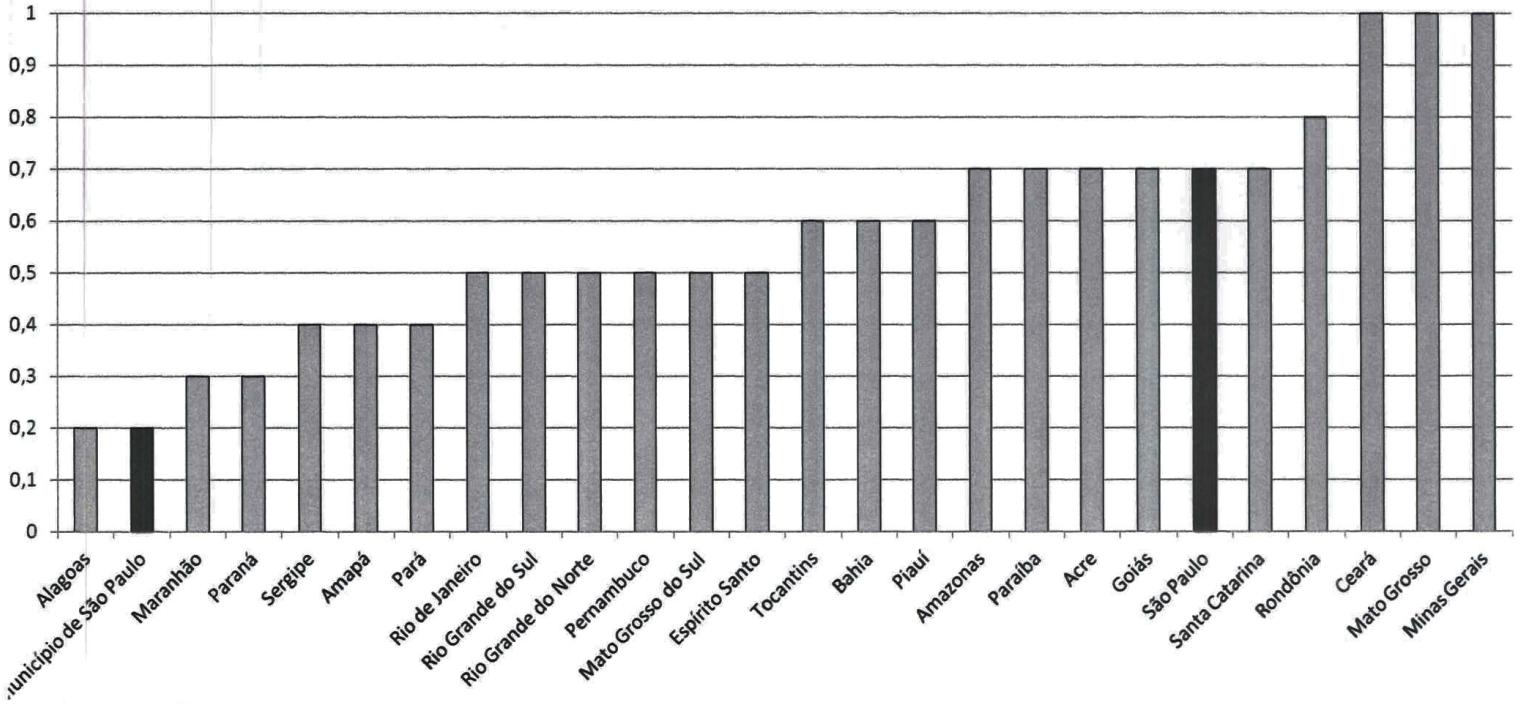
Anexo B /3
Folha 77
Roseli Trevisan

Fonte: MEC/Inep - Gráfico: Elaboração Própria

Qualidade da Educação em São Paulo

Centro de Políticas Públicas

Variação do IDEB 2005-2011 – 8ª série - Redes Municipais



Anexo B / 3
Folha 78
Roseli Trevisan

Fonte: MEC/Inep - Gráfico: Elaboração Própria

COM RELAÇÃO AO FLUXO NOS CICLOS

PROBABILIDADE	Com ciclos (%)	Sem ciclos (%)
do aluno atingir a 8ª série sem reprovação	38,5	20,0
do aluno atingir 8ª série com reprovação	55,0	45,0
do aluno completar o ensino médio com reprovação	33,0	22,0

Anexo B /03
Folha 79
Roseli Trevisan

RECUPERAÇÃO NAS FÉRIAS

Escola nas Férias

	Reprovados no final do ano	Alunos Inscritos	Alunos Aprovados	Taxa de Aprovação	Reprovados após o Projeto
CB a 4a.	261.897	77.250	29.485	38,2 %	232.412
5a. A 8a.	291.111	160.688	90.563	56,4 %	200.548
TOTAL	553.008	237.938	120.048	50,4 %	432.960

Anexo B /03
Folha 80
Roseli Trevisan

MELHORIA DO FLUXO ESCOLAR

DISTORÇÃO IDADE SÉRIE- ENSINO MÉDIO

Todas as redes	1996	1998	2002	2006	2008	2010
Brasil	55,2	53,9	51,1	44,9	33,7	34,5
São Paulo	48,5	43,5	36,9	22,6	19,1	18,1

Fonte: IBGE/Pnad

Anexo B / 03
Folha 81
Roseli Trevisan

CONSTITUIÇÃO DE 1988

"A União, Estados e os Municípios organizarão seus Sistemas de Ensino em regime de colaboração" (art. 211)

"Os Municípios atuarão, prioritariamente, no ensino fundamental e pré-escola" (art. 211 2o.)

Anexo B /03
Folha 82
Roseli Trevisan

MUNICIPALIZAÇÃO

- ✓ **Gigantismo** - um dos mais graves problemas da rede estadual
- ✓ **Descentralização** - um dos eixos da reforma proposta em 1995
- ✓ **Reorganização** - cria condições para início do processo de municipalização
- ✓ **Municípios** – parceiros privilegiados na oferta de ensino fundamental
- ✓ **Participação pequena dos Municípios** na oferta de ensino fundamental regular
- ✓ **Brasil – 30%** **São Paulo- 11%** **RJ – 60%** **PR – 46%** **RS – 33%**
- ✓ **Somente 72 entre os 645 Municípios** - 646.500 dos 5.909.612 da rede pública

Anexo B 03
Folha 83
Roseli Trevisan

AÇÕES EM 1995

- ✓ **ESTUDO DO PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO EDUCACIONAL DOS MUNICÍPIOS (SEE/SEADE/FUNDAP)**
- ✓ **AMPLO PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO ESTADO / MUNICÍPIO**
- ✓ **3 Municipalizações em 1995 e 44 em 1996**

Anexo B /03
Folha 84
Roseli Trevisan

MUDANÇAS CONSTITUCIONAIS - EMENDA 14/96

- ✓ Definição clara sobre as competências e responsabilidades das três esferas de Governo
- ✓ Estabelecimento de subvinculações dos recursos da Educação
- ✓ Criação do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
- ✓ Lei 9424/96-regulamenta o FUNDEF

Anexo B / 03
Folha 85
Roseli Trevisan

SUBVINCULAÇÃO DOS RECURSOS DA EDUCAÇÃO

ENSINO FUNDAMENTAL: Estados e municípios devem investir 60% do total de recursos destinados à educação.

OBJETIVOS:

- ✓ **Universalizar o atendimento neste nível de ensino**
- ✓ **Oferecer remuneração condigna aos profissionais da educação.**
- ✓ **Corrigir distorções regionais**
- ✓ **Estabelecer gasto mínimo por aluno/ano - política redistributiva.**

Anexo 13 / 3
Folha 86
Roseli Trevisan

FUNDO

COMPOSIÇÃO DO FUNDO: Estado e municípios contribuem com 15%

ICMS, FPE, FPM e IPI exportação.

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO:

Proporcional às matrículas nas redes de ensino fundamental regular

Anexo B / 3
Folha 87
Roseli Trevisan

RESULTADOS DO FUNDEF

- ✓AUMENTO DOS RECURSOS P/ ENSINO FUNDAMENTAL
- ✓MELHORIA SALARIAL DOS PROFESSORES
- ✓GASTO MÍNIMO NACIONAL – CUSTO ALUNO/ANO
- ✓AUMENTO PARTICIPAÇÃO MUNICÍPIOS NO ENSINO FUNDAMENTAL
- ✓ TRANSPARÊNCIA NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA EDUCAÇÃO

Anexo B / 03
Folha 88
Roseli Trevisan

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO NO ESTADO DE SÃO PAULO (ESTIMATIVA - 1997)

FUNDO	**R$ 3.770 bilhões**	**2.660 Estado (70%)** **1.110 Municípios (30%)**
ALUNOS	**5.805.243**	**R$ 5.078.539 Estado (87,5%)** **R$ 726.704 Municípios (12,5%)**
"PER-CAPITA"	**R$ 649,46**	
ESTADO	**R$ 3.300 bilhões**	**(Ganha R$ 640 milhões)**
MUNICÍPIOS	**R$ 470 milhões**	

Anexo B 13
Folha 89
Roseli Trevisan

PERFIL DA MUNICIPALIZAÇÃO EM SÃO PAULO

- ✓ **Equipe responsável** com apoio FUNDAP - visitas, encontros, publicações
- ✓ **Inexistência de modelo "único"**, obrigatório para todos
- ✓ **Análise "caso a caso"** com autoridades municipais das peculiaridades locais.

Os convênios estabeleciam que:

- ✓ **a adesão voluntária do município**
- ✓ **os prédios, materiais e equipamentos das escolas municipalizadas seriam doados e incorporados ao patrimônio municipal**
- ✓ **os professores efetivos do Estado ficavam à disposição das prefeituras**
- ✓ **o Estado permanecia responsável pela aposentadoria dos docentes efetivos**
- ✓ **as secretarias municipais realizariam concursos para contratação de novos docentes**, quando o número de efetivos se tornasse insuficiente
- ✓ **as prefeituras deveriam criar Conselhos Municipais de Educação**

Anexo B / 03
Folha 90
Roseli Trevisan

CRÍTICAS, RESISTÊNCIAS E AMPLA ADESÃO

- ✓ Em **São Paulo a maioria dos Municípios teria recursos retidos no Fundo** e só poderiam reaver atendendo alunos no ensino fundamental, o que estimulou a municipalização
- ✓ **Acirrada oposição de prefeitos**. Afirmavam que com os 10% restantes da vinculação era impossível fazer investimento expressivo no ensino infantil e no supletivo.
- ✓ **O sindicato dos professores promoveu intensa mobilização**, afirmando que a municipalização implicaria dispensa de docentes, em especial dos não efetivos.
- ✓ **Jornais noticiaram conclusões** de políticos da oposição firmadas em conceitos que, mais tarde, se revelaram **totalmente equivocados.**
- ✓ **Nos municípios mais pobres do Estado, a transferência para a rede municipal** de alunos da rede estadual **significava retirada de recursos pelo Município muito maior** do que a fora retida no Fundo, o que possibilitava gerar empregos e prestação de serviços locais
- ✓ **O Programa, em 1997, já tinha deslanchado e caminhou a passos largos.**

Anexo B /03
Folha 91
Roseli Trevisan

EVOLUÇÃO DA MUNICIPALIZAÇÃO

Ano	Municípios com E.F.	Matrículas por Rede de Ensino		
		Estadual	Municipal	Total
1995	72	5.263.112	646.500	5.909.612
1996	121	5.078.539	736.704	5.805.243
2002	538	3.285.418	1.935.191	5.220.519
2005	557	2.954.426	2.127.994	5.082.420
2013	629	2.452.968	2.490.180	4.943.148

Fonte: CIE – Centro de Informações

Anexo B / 3
Folha 92
Roseli Trevisan

EDUCAÇÃO INFANTIL – REDE MUNICIPAL

	Creche	Pré-Escola	Total
1996	-	-	827.000
1999	137.891	915.651	1.053.542
2002	156.579	1.039.902	1.196.481
2005	207.812	1.141.282	1.349.094
2007	232.092	1.002.604	1.234.696
2013	467.223	829.018	1.296.241

+65,0

Fonte: CIE – Sistema de Informações da SEE-SP

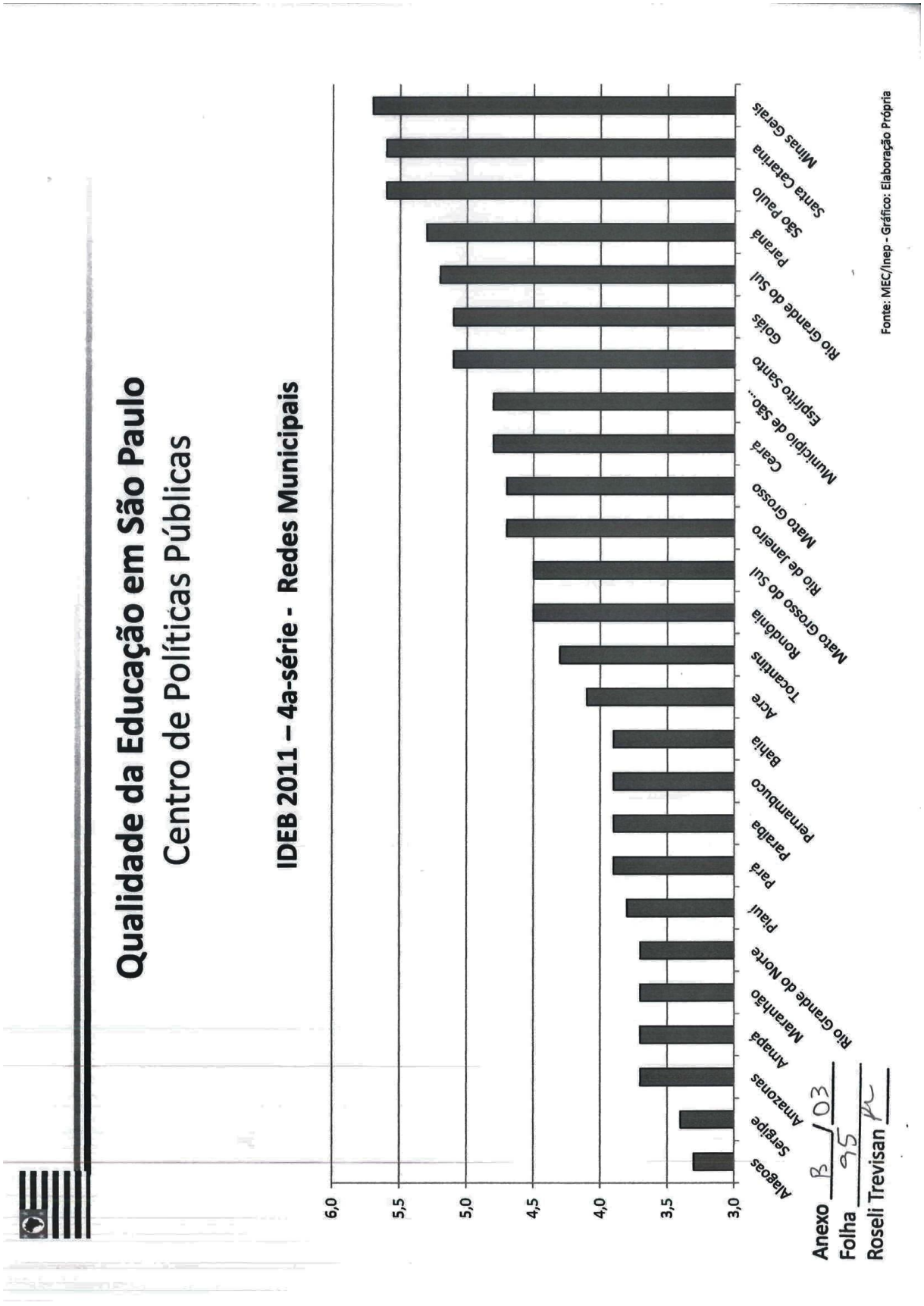
Anexo B / 03
Folha 93
Roseli Trevisan

ENSINO MÉDIO – REDE ESTADUAL

	REGULAR	EJA	TOTAL	
1995	1.179.297	26.233	1.205.530	+80,0
1998	1.529.328	226.638	1.755.966	
2002	1.750.465	350.584	2.101.049	
2007	1.449.387	451.118	1.900.505	
2013	1.521.102	218.662	1.739.764	

Anexo B / 3
Folha 94
Roseli Trevisan

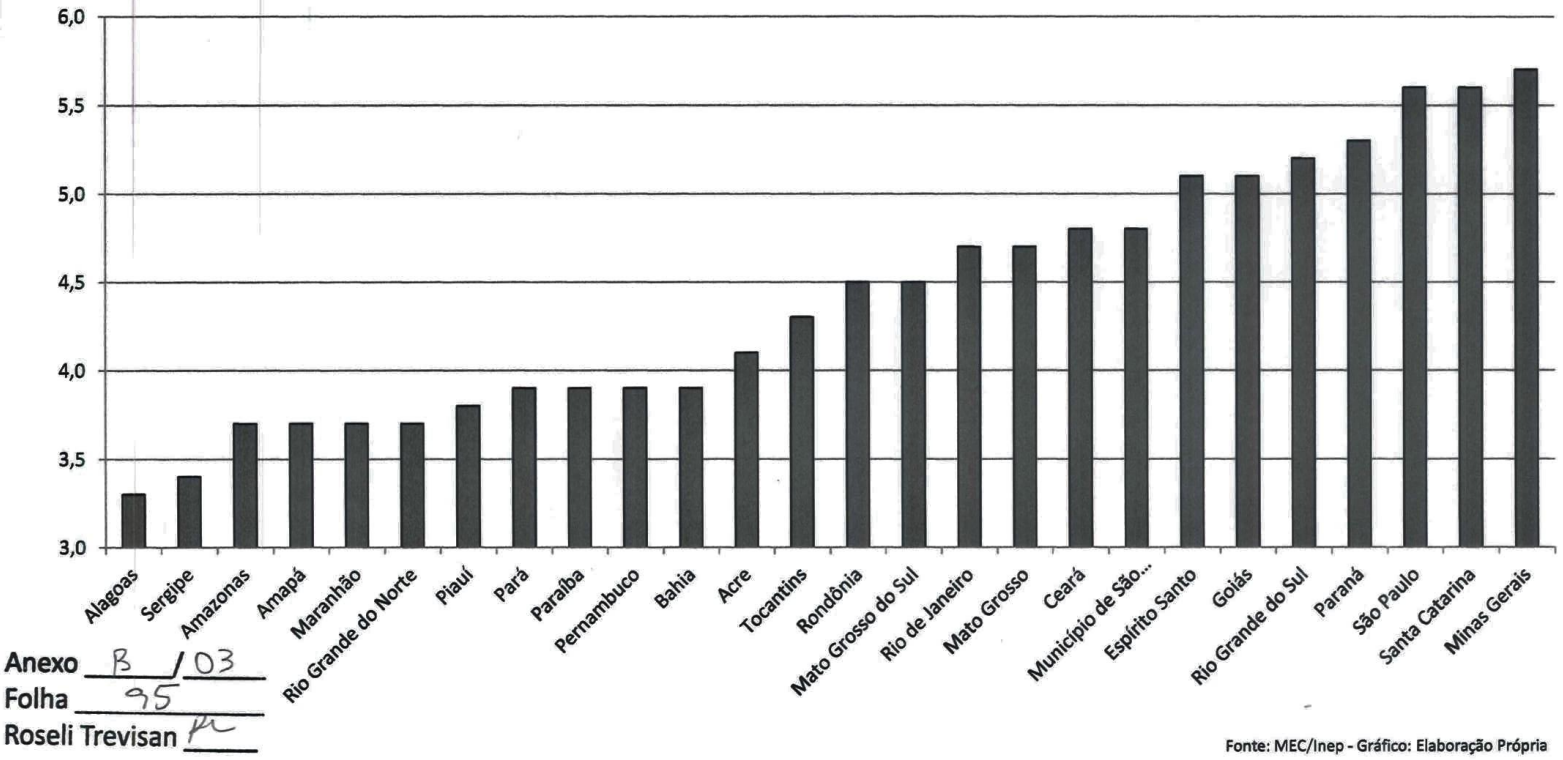
Fonte: CIE – Censo Escolar


Qualidade da Educação em São Paulo
Centro de Políticas Públicas
IDEB 2011 – 4a-série - Redes Municipais
6,0
5,5
5,0
4,5
4,0
3,5
3,0
Alagoas
Sergipe
Amazonas
Amapá
Maranhão
Rio Grande do Norte
Piauí
Pará
Paraíba
Pernambuco
Bahia
Acre
Tocantins
Rondônia
Mato Grosso do Sul
Rio de Janeiro
Mato Grosso
Ceará
Município de São...
Espírito Santo
Goiás
Rio Grande do Sul
Paraná
São Paulo
Santa Catarina
Minas Gerais
Fonte: MEC/Inep - Gráfico: Elaboração Própria
Anexo B / 03
Folha 95
Roseli Trevisan

Qualidade da Educação em São Paulo

Centro de Políticas Públicas

IDEB 2011 – 4a-série - Redes Municipais



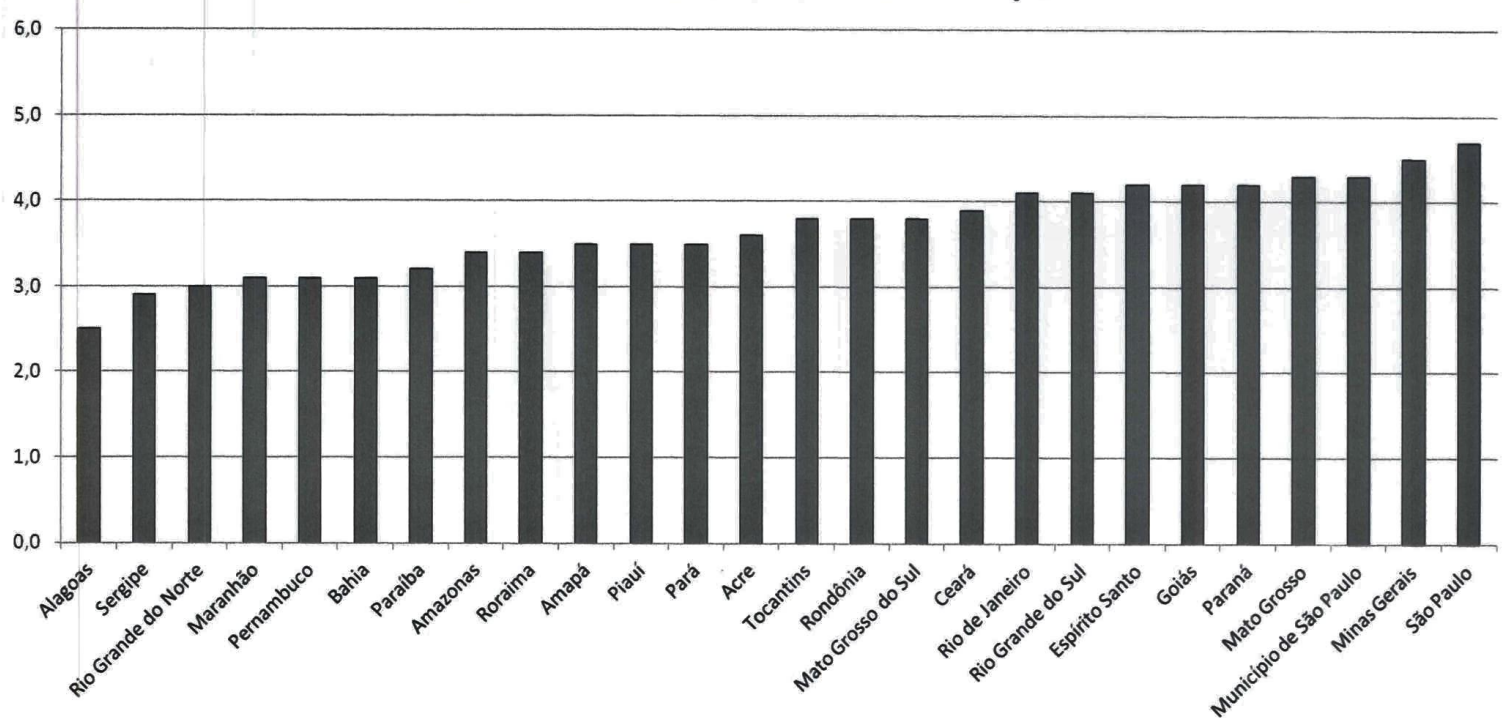
Fonte: MEC/Inep - Gráfico: Elaboração Própria

Anexo B / 03
Folha 95
Roseli Trevisan

Qualidade da Educação em São Paulo

Centro de Políticas Públicas

IDEB 2011 – 8a série - Redes Municipais



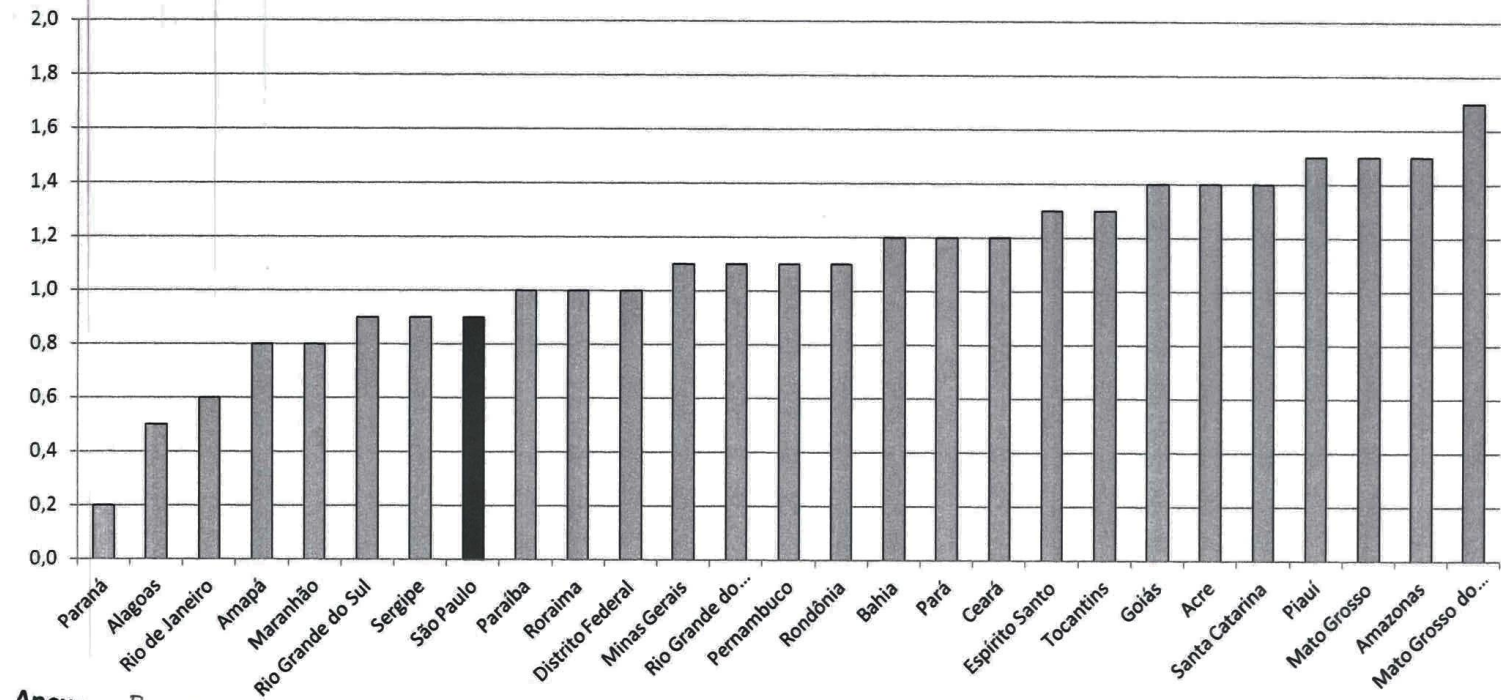
Anexo B / 03
Folha 96
Roseli Trevisan

Fonte: MEC/Inep - Gráfico: Elaboração Própria

Qualidade da Educação em São Paulo

Centro de Políticas Públicas

Variação IDEB 2005-2011 – 4ª- serie - Rede Estadual



Anexo B / 03
Folha 97
Roseli Trevisan

Fonte: MEC/Inep - Gráfico: Elaboração Própria

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- ✓ **Estatísticas educacionais** de SP bem **melhores que as do Brasil**
- ✓ **Indicadores de desempenho** (IDEB) **entre os melhores mas ainda sofríveis**
- ✓ **Reorganização consolidou-se (82% em 2013), mas houve retrocessos no modelo**
- ✓ **Progressão continuada manteve-se mas com retrocessos:**
  - Recuperação paralela e nas férias foram descontinuadas a partir de 2003, comprometendo muito o desempenho dos alunos em progressão
  - em 2012 pela ampliação de um ciclo (desconsiderando o efeito negativo do número de ciclos apontados em estudos e pesquisas)
- ✓ Organização das salas em ambientes de aprendizagem desaparece
- ✓ As classes de aceleração para defasagem idade série foram ignoradas
- ✓ **Municipalização desacelera**: 600 mil alunos de Ciclo I na rede estadual quando há cerca 1 milhão e 800 mil na rede Municipal
- ✓ **Ausência de política efetiva e adequada para o ensino médio** - aumento das taxas de retenção e evasão no ensino médio

Anexo ✓ Folha 02 / 03 Roseli Trevisan

B4 – Slides veiculados para os integrantes da Rede Estadual de Ensino, via e-mail de 28/09/2015. Nessas telas foram reproduzidas justificativas similares as de 2015, demonstrando como se dará a transferência dos estudantes das escolas que serão reorganizadas.

28/09/2015

Reorganização da rede

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Setembro/2015

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Organização do espaço

Reorganização das escolas estaduais paulistas

Rose Neubauer

"É fato inquestionável que a organização do espaço da escola e da sala de aula influencia não só a aprendizagem mas também o ensino.

Além disso, estudos e pesquisas sobre desenvolvimento e cognição indicam que crianças e jovens tem padrões de aprendizagem bastante diferenciados e requerem espaços e situações de aprendizagem diversos. "

Negri, Rosjas.org
A Educação Básica no Estado de São Paulo: avanços e desafios. Rosjas Negri, Haroldo da Gama Torres e Maria Helena Guimarães Castro (organizadores). Gilda Figueiredo Portugal Gouvea (coordenação técnica do projeto) – São Paulo SoadeFDE, 2014

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Reorganização

- Há exatos 20 anos atrás, a SEE fez uma reorganização com a justificativa mencionada no slide anterior.
- Foi uma grande reorganização, como muitos de vocês devem se lembrar, porém, hoje em dia ainda temos na rede:
  - **479 escolas** que oferecem os 3 segmentos (Anos Iniciais, Finais e Ensino Médio)
  - **Apenas 1443** das nossas 5300 escolas oferecem segmentos exclusivos

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Anexo B / 4
Folha 99
Roseli Trevisan

1

28/09/2015

Por que reorganizar a rede buscando reduzir o números de segmentos em cada escolas?

1. Os prédios que abrigam os alunos, suas reformas e equipamentos podem ser planejados para atender à uma faixa etária específica
   - Ex1.: As reformas das escolas do anos iniciais podem ser planejadas pra ter playgrounds e escolas do ensino médio laboratórios de química;
   - Ex2.: Prédios que tem adolescente do Ensino Médio compartilhando, em um turno diferente, a mesma sala que crianças dos anos iniciais têm carteiras que não são adequadas nem pra um nem pra outro. Os cartazes com alfabeto colados nas paredes, tornam o ambiente desconfortável pro adolescente que estuda nessa sala em outro turno.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Por que reorganizar a rede buscando reduzir o números de segmentos em cada escolas?

2. Diminuição de conflitos e complexidade de gestão que surgem da convivência de crianças e adolescentes sob o mesmo teto. **Crianças são diferentes de jovens e devem ser entendidas e tratadas de forma diferente.** Um estudo recente do INEP demonstra que escolas com menos segmentos são menos complexas de administrar e, por consequência, conseguem alcançar melhores resultados.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Por que reorganizar a rede buscando reduzir o números de segmentos em cada escolas?

3. **Professor, o fator mais importante pra que a educação aconteça.**
   - Uma escola que tem 600 alunos de ensino médio ao invés de 200 alunos de cada um dos segmentos tem 3 vezes mais classes que precisarão de professores de física, química e biologia. Professores dessas disciplinas que precisavam se deslocar para dar aula em duas ou três escolas, poderão se fixar em apenas uma escola, aumentando sua qualidade de vida, diminuindo o déficit de professores especialistas que existe em algumas áreas e além disso, aumentando o vínculo que esses professores tem com uma determinada escola.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Anexo B / 4
Folha 100
Roseli Trevisan

Anexo B / 4
Folha 100 2
Roseli Trevisan

28/09/2015

Por que reorganizar a rede buscando reduzir o números de segmentos em cada escolas?

4. Por fim, e mais importante: **os alunos realmente aprendem mais nessas escolas.**
   - Na rede paulista, as escolas de segmento único têm na média uma aprendizagem 10% superior às escolas que atendem aos 3 segmentos.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Além disso:

- **A expansão urbana desordenada** no último século e a transformação da **pirâmide demográfica** geraram, em algumas regiões, **mais escolas do que o necessário** para acolher os alunos paulistas nos dias de hoje.

Escolas com média de 40 anos	90% construídas no século passado	Rede com 2MM a menos de alunos que em 1998

- **Aproveitar esse movimento de reorganização para readequar a rede** a essa realidade se faz necessário. Tanto para **enfrentar os dias de crise**, como para se preparar para **gastos mais eficientes** em épocas melhores.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Readequação:
disponibilização para fins mais urgentes

- Os ajustes que faremos onde há mais escolas do que a demanda, também nos dá oportunidade de abrir espaços pra mais escolas de tempo integral.
- Também permite que a gente auxilie municípios que estão com dificuldade de conseguir prédios pra creches e escolas de educação infantil.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Anexo B / 4
Folha 101
Roseli Trevisan

28/09/2015

Lista de recomendações

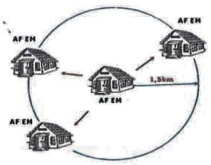
- 1. Definição de agrupamentos de escolas que permitissem transferências de alunos entre elas e que gerassem escolas com menos segmentos:
  - Analisando o número de alunos e número de vagas nas salas de aulas dessas escolas
- 2. Analise de barreiras físicas e outras questões
- 3. Número de recomendação conservador



SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Reorganização – Caso 1 (mais frequente)

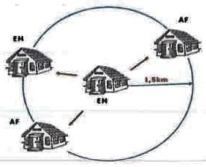
Antes



SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Reorganização – Caso 1 (mais frequente)

Depois



SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Anexo B / 4
Folha 102
Roseli Trevisan

Anexo B / 4
Folha 102
Roseli Trevisan

28/09/2015

Reorganização – Caso 2

Antes

Alunos nas escolas do agrupamento : 5.000

Vagas nas escolas do agrupamento : 7.000

Ociosidade no agrupamento



SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Reorganização – Caso 2

Depois



SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Anexo B / 4
Folha 103
Roseli Trevisan

B5 – Pauta da reunião da Diretoria de Ensino. Estão reunidos Dirigente regional, supervisores de ensino e diretores de núcleo. No item II, o tema é a reorganização das escolas da SEE/SP em 2015. Outro item tratará sobre a evasão escolar crescente.

GOVERNO DO ESTADO DE ASÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO L
Rua: Celso de Azevedo Marques, 502 - Mooca – Tel: 2602-1240.
E-mail: DELT5@educacao.sp.gov.br

Data: 18/08/2015
Horário: 8:30h
Local: DE L
Público Alvo: Diretoria de Ensino

Pauta

I –Plano Nacional de Educação → EC nº 59/2009. passa de disposição transitória de LDBEN p/ uma exigência constitucional. (20 metas)
- ✓ Planos Plurianuais
- ✓ Plano de Ação - DER LT5
- ✓ Plano de Gestão das Unidades Escolares.

Projeto de lei 7420 –

II – Reorganização da Secretaria Estadual da Educação de São Paulo
Lei 13.068 de 10/06/2008 - Como proceder frente às ausências.

III – Programa Educação-Compromisso de São Paulo – 2015 a 2018.
Resolução SE 20/2010.

IV- Diretrizes Norteadoras da Política Educacional do Estado de São Paulo.
Res. 36/2015 / Res SE 37/2015 20% ausência ant nº 12 da LDB

matrícula antecipada

V- Foco das Ações no Replanejamento:
- ✓ Aprendizagem dos alunos.
- ✓ Fluxo – Diretor do CIE - Sonia Proença:
  - -Vídeo: "Calculo do IDESP – Profª Rita".
  - - Lei 13.068 de 10/6/2008.
  - - Resolução SE nº 20, de 17/02/2010.
  - - Matrícula Antecipada - 2016.
  - - Vídeo – Profª Ghisleine Trigo Silveira(CGEB)
    Projeto: "Quem falta faz falta".

atualizar os alunos no sistema

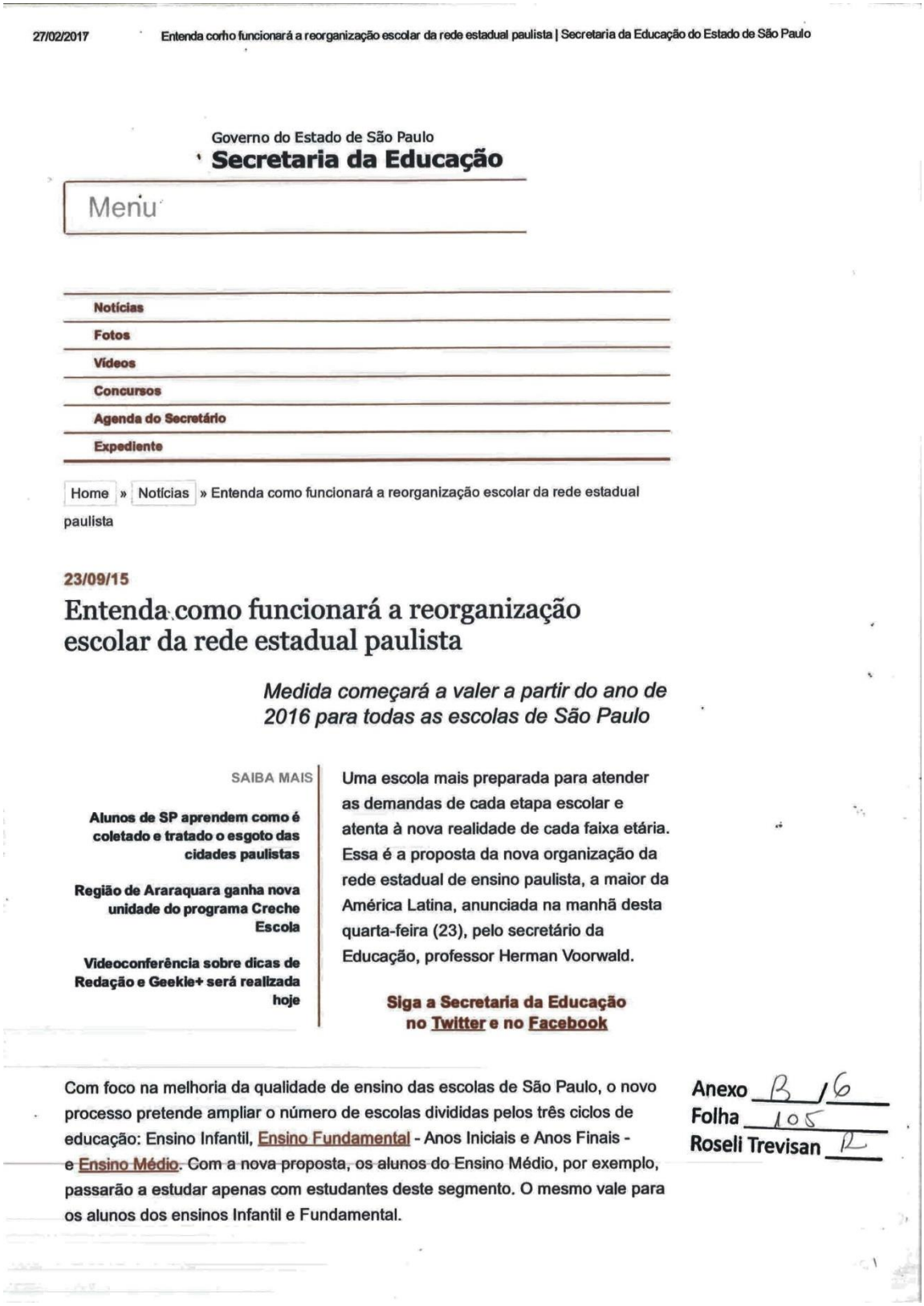
VI – Replanejamento – Profª Marta Regina da Costa Aguiar
- ✓ Questões Norteadoras
- ✓ Oficina em grupos/ socialização
- ✓ Método PDCA
- ✓ Plano de Ação – 2º semestre-2015

educacao.sp.gov.br/quem falta faz falta

VII – Outros:
Lei - do nº de alunos por sala c/ educação especial.

Anexo B/5
Folha 104
Roseli Trevisan

B6 – Impresso de 23/09/2015, retirado da página da SEE/SP. Entenda como funcionará a reorganização escolar da rede estadual paulista. Nesse documento destacam o dia "E" da educação, no qual, por meio de reunião de pais e mestres, os responsáveis irão às escolas para conhecer as unidades que podem receber seus filhos.



27/02/2017 Entenda corho funcionará a reorganização escolar da rede estadual paulista | Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Educação

Menu

Notícias
Fotos
Vídeos
Concursos
Agenda do Secretário
Expediente

Home » Notícias » Entenda como funcionará a reorganização escolar da rede estadual paulista

23/09/15

Entenda como funcionará a reorganização escolar da rede estadual paulista

Medida começará a valer a partir do ano de 2016 para todas as escolas de São Paulo

SAIBA MAIS

Alunos de SP aprendem como é coletado e tratado o esgoto das cidades paulistas

Região de Araraquara ganha nova unidade do programa Creche Escola

Videoconferência sobre dicas de Redação e Geekie+ será realizada hoje

Uma escola mais preparada para atender as demandas de cada etapa escolar e atenta à nova realidade de cada faixa etária. Essa é a proposta da nova organização da rede estadual de ensino paulista, a maior da América Latina, anunciada na manhã desta quarta-feira (23), pelo secretário da Educação, professor Herman Voorwald.

Siga a Secretaria da Educação no Twitter e no Facebook

Com foco na melhoria da qualidade de ensino das escolas de São Paulo, o novo processo pretende ampliar o número de escolas divididas pelos três ciclos de educação: Ensino Infantil, Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Anos Finais - e Ensino Médio. Com a nova proposta, os alunos do Ensino Médio, por exemplo, passarão a estudar apenas com estudantes deste segmento. O mesmo vale para os alunos dos ensinos Infantil e Fundamental.

Anexo B / 6
Folha 105
Roseli Trevisan

1,3% ao ano da população em idade escolar no Estado de São Paulo. Entre 1998 e 2015, a rede estadual de ensino perdeu 2 milhões de alunos. A redução de nascimentos e, assim, do número de crianças e jovens em idade escolar no Estado é o principal fator para a queda de matrículas, seguido pela municipalização do ensino fundamental.

Quando nova organização passará a valer?

A nova proposta de organização escolar passará a vigorar a partir do ano de 2016. Neste primeiro momento, a Educação está em fase final de um estudo que definirá as escolas selecionadas para o processo. Em seguida, as Diretorias Regionais de Ensino terão um prazo de 10 dias para validar quais escolas da rede estadual de ensino passarão pelo novo processo de organização.

Depois disso, os alunos serão comunicados sobre a mudança de escola. No geral, os estudantes serão deslocados dentro do mesmo bairro em que já estudam, num raio de aproximadamente 1,5 km. A troca será automática e deverá ser feita pelas Diretorias de Ensino. Responsáveis pelo Transporte Escolar dos alunos, as Diretorias estão realizando um levantamento sobre como ficará a nova locomoção.

Vale lembrar que nem todas as unidades de ensino do Estado passarão pela reorganização. As escolas com mais de um ciclo ainda funcionarão, devido às diferenças demográficas e as necessidades por escolas para diversas faixas etárias em algumas regiões de São Paulo. Professores e alunos devem acompanhar as orientações, que devem ser divulgadas a partir de novembro de 2015.

Como será o processo de matrícula para 2016?

Para 2016, não ocorrerá mudanças na efetivação de matrícula dos alunos da rede estadual. Todos os estudantes serão matriculados automaticamente nas novas escolas. A Educação será responsável pela definição das unidades de ensino em que os estudantes irão estudar, com o objetivo de melhorar o ambiente escolar, tendo um novo modelo de escola mais propício para aprendizagem.

Aviso aos pais

Depois de definidas as escolas que terão alterações, a Secretaria passará a avisar os pais e responsáveis. Cada escola terá a obrigação de informar a mudança para 2016 aos pais. Além disso, haverá o chamado "Dia E" da Educação, no qual, por meio de uma reunião de pais e mestres, os responsáveis irão às escolas para conhecer as unidades que podem receber seus filhos (sempre respeitando o limite de distância de 1,5 km). Mais: pela internet e por carta, os pais tomarão conhecimento do projeto e das mudanças.

Clique aqui e saiba mais sobre a reorganização.

Anexo B / 6
Folha 106
Roseli Trevisan

B7 – Impresso divulgado na rede para todos os gestores e supervisores de ensino. Nele estão descritos os 30 pontos fortes da reorganização.

Reorganização Escolar

30 pontos fortes Abaixo seguem os 30 PONTOS FORTES dessa mudança:

- 1 – Escolas passam a funcionar com menos segmentos. Rendimento 10% superior frente ao modelo com mais segmentos;
- 2 – Diminuição de conflitos entre alunos de idades diferentes;
- 3 – Maior foco na matriz curricular do segmento de ensino da unidade;
- 4 – Foco adequado na faixa etária dos estudantes;
- 5 – Maior fixação dos professores nas escolas;
- 6 – Melhor qualidade de vida para os professores com menos deslocamento entre escolas;
- 7 – Possibilidade de professores ampliarem suas jornadas em uma mesma escola e garantirem maior quantidade de aulas;
- 8 – Gastos mais eficientes, com foco na melhoria do ensino;
- 9 – Disponibilização de prédios de escolas ruins "para seu filho estudar em uma escola melhor";
- 10 – Menos escolas modelo Nakamura;

Reorganização Escolar

30 pontos fortes

- 11 – Otimização de espaços ociosos;
- 12 – Melhor ambiente escolar – novo modelo de escola mais propício para aprendizagem;
- 13 – Comunidade ganha duas vezes: com uma escola melhor e um equipamento público para atender suas necessidades;
- 14 – Eficiência de Gestão: mais dinheiro para ações prioritárias da educação;
- 15 – Número maior de professores efetivos nas escolas: desempenho 20% superior;
- 16 – Menor número de professores temporários;
- 17 – Maior número de diretores concursados nas escolas;
- 18 – Diretores designados retornam para sala de aula – mais professores atuando;
- 19 – Escolas adaptadas à nova realidade demográfica do País. Em comparação a 1998, a rede conta com 2milhões de matrículas a menos;
- 20 – Gestão facilitada das escolas de segmento único ("escolas puro sangue");

Reorganização Escolar

30 pontos fortes

- 21 – Deslocamento mínimo dos alunos. Em geral, dentro do mesmo bairro, dentro de um raio de 1,5 km;
- 22 – Disponibilização de prédios escolares com baixo desempenho educacional;
- 23 – Reorganização possibilita mais facilidade para alcance de metas do Plano Estadual de Educação (metas: 1,6,11,18,21 e 22);
- 24 – Coragem do governo paulista no enfrentamento de desafios da maior rede de ensino do país;
- 25 – São Paulo na vanguarda da mudança. Paradigma para as demais redes de ensino;
- 26 – Professores com possibilidade de aumentar salários com jornadas maiores;
- 27 – Alunos e famílias ganham com a convivência mais aproximada com professores;
- 28 – Reorganização gera visão mais clara da rede e possibilita nova chamada de professores concursados;
- 29 – São Paulo como exemplo de maior gestão de recursos em tempos de crise econômica social.
- 30- Municípios ganham com novos prédios para criação de creches e ampliação de vagas na educação infantil, demanda crônica do país;

Anexo B-17
Folha 107
Roseli Trevisan

B8 – Reportagem do El País – Brasil. Trata-se de uma entrevista com o Diretor da Unicamp. Nela ele diz: O caminho é investir na educação e não na reorganização para economizar.

BRASIL

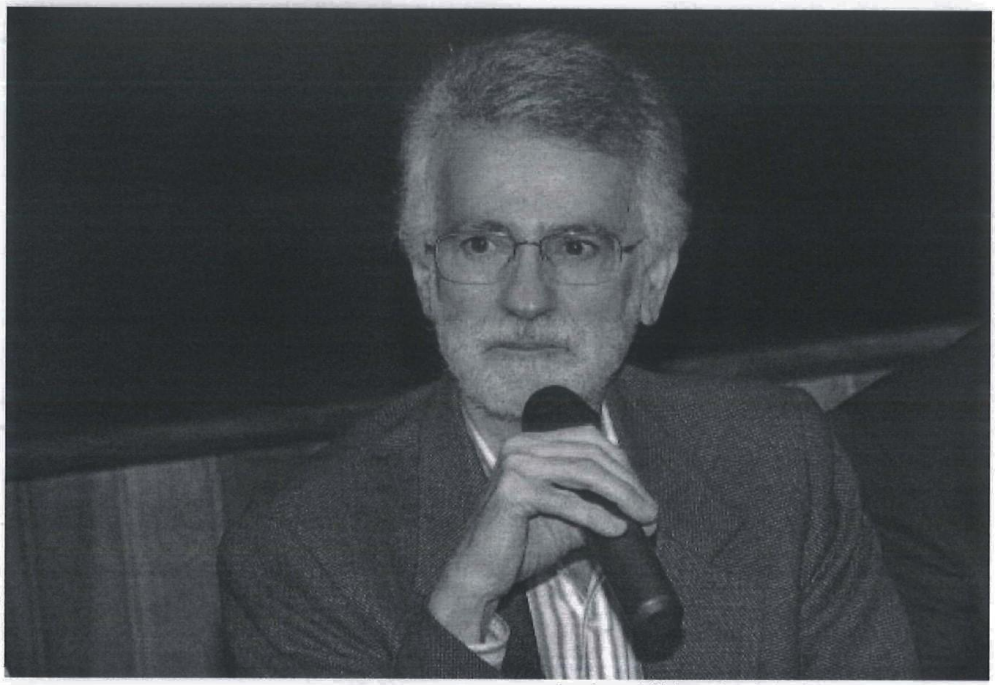
LUIZ CARLOS FREITAS | DIRETOR DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNICAMP ›

"Caminho é investir na educação e não reorganizar para economizar"

Para o professor, plano do governo Alckmin é entregar a gestão da escola pública para a iniciativa privada

M. R.

São Paulo - 28 NOV 2015 - 12:58 BRST



O professor da Unicamp, Luiz Carlos de Freitas. ANTONINHO PERRI

O plano de reorganizar as escolas públicas do Estado de São Paulo prevê aumentar a quantidade de escolas com ciclos únicos, ou seja, aquelas que recebem apenas alunos do ensino Fundamental ou apenas do Médio.

Anunciada em setembro deste ano para ser implementada já a partir do ano que vem, um milhão de alunos serão impactados de alguma maneira pela mudança, segundo estimativas da secretaria de Educação. Além disso, 93 escolas serão fechadas.

O diretor da Faculdade de Educação da Universidade de Campinas (Unicamp) acredita que a reorganização escolar paulista faz parte de um plano maior da gestão Geraldo Alckmin (PSDB) para terceirizar a gestão das escolas públicas. Ele falou com EL PAÍS por e-mail.

Investir na educação seria o caminho e não tentar reorganizar para gerar economia

Anexo B / 10
Folha 110
Roseli Trevisan

Pergunta. Como o senhor avalia essa reorganização escolar?

Resposta. A reorganização é um roteiro que nos levará à privatização da escola pública em São Paulo. Quem sabe exatamente como e quando, são as consultorias privadas que trabalham com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e que estão ajudando a traçar este caminho. Penso que é uma arrumação de casa que permitirá outras medidas que, junto com o repasse das escolas de ensino fundamental para municípios, pode incluir a terceirização por concessão de gestão à iniciativa privada, ou a utilização dos espaços que ficarão ociosos com ONGs que assumiriam parte da educação profissional.

P. Para justificar a reorganização, o Governo alega que as escolas divididas por ciclos rendem mais e apresentam melhores resultados. Existe fundamento nessa teoria?

Há experimentos nos Estados Unidos de redução de escolas de ensino médio grandes em escolas menores e os resultados não indicam que esta redução seja um diferencial

R. Esta afirmação está baseada em estudo que não se sustenta e têm apenas a finalidade de desviar a atenção. Um dos jornais solicitou à Secretaria [de Educação], usando a Lei de Acesso à Informação, a justificativa para a reorganização que está em curso, e a Secretaria divulgou este documento fazendo estas análises, mas é claro que o documento não dá conta de explicar todo o processo. O estudo confunde correlação entre o desempenho do aluno e a existência do formato de ciclo único com causação. Assume, sem ter condição de demonstrar, que o aumento do rendimento se deve à existência de um único ciclo na escola. No entanto, não controla outros fatores como nível socioeconômico, formação dos professores, condições infraestruturais, entre outras. Não há fundamento para a conclusão.

P. Num mundo ideal, o modelo de escola dividida por ciclos seria o melhor?

MAIS INFORMAÇÕES

Reforma escolar às pressas leva estudantes às ruas contra Alckmin

Confira a lista das escolas que vão fechar no Estado de São Paulo

A vida em uma escola ocupada que resiste a fechar as portas em São Paulo

Por que a reforma que afeta 300.000 alunos em SP virou caso de polícia?

Justiça nega reintegração de posse das escolas ocupadas em São Paulo

R. As políticas de responsabilização baseadas em concepções empresariais como as que usa a Secretaria de Educação de São Paulo preferem escolas menores onde o grau de controle da gestão sobre os professores e estudantes é maior. Com isso, podem desenvolver processos de controle pedagógico que alinham o que se ensina na escola aos testes, com o objetivo de "melhorar" as médias das escolas. A questão fundamental não é o formato de ciclo único em si, mas é o controle de resultados. Há experimentos nos Estados Unidos de redução de escolas de ensino médio grandes em escolas menores e os resultados não indicam que esta redução seja um diferencial, embora lá não estivesse em jogo a existência de ciclo único. Penso que a existência de um ciclo como base para reorganizar as escolas paulistas é só uma desculpa para fazer esta mesma reengenharia que se fez na Cidade de Nova York no começo dos anos 2000. A avaliação desta experiência ocorrida lá não foi boa, as escolas não ficaram melhores por isso. Juntamente com fazer esta reorganização, Nova York também implantou as *escolas charters* que são escolas de gestão terceirizada.

P. Outro argumento usado pelo Governo é que a demanda das escolas públicas tem caído anualmente. Existe, de fato, um movimento da classe média de deixar a escola pública e ir para a particular. Como o senhor vê esse movimento?

R. De fato, está havendo redução de nascimentos no estado. Mas isso não justifica a medida. Primeiro estamos em plena crise econômica. O mais provável é que os pais retirem suas crianças das escolas privadas pagas para transferirem seus filhos para a escola pública. A escola pública deveria ter qualidade para que os pais não precisassem depender da escola privada. Investir na educação seria o caminho e não tentar reorganizar para gerar economia. Segundo, se há folga de vaga nas escolas, seria uma ótima oportunidade para reduzir o número de alunos em sala de aula para no máximo 25 e não trabalharmos com "média" de 30 alunos por

Anexo 20 / 10
Folha 111
Roseli Trevisan

sala no ensino fundamental e 40 no ensino médio, como é hoje. Diminuir alunos em sala é uma variável que conta com bom apoio na literatura. Terceiro, o país pretende aumentar o tempo de ensino passando as escolas para tempo integral, portanto vamos precisar de mais escolas e mais professores e não de menos.

P. Na opinião do senhor, por que essa reorganização foi anunciada às pressas?
R. Pode ser que a greve de professores tenha atrasado a medida. Além disso, acredito que a Secretaria tenha sido alertada pelas consultorias que já conduziram este processo em outros países, que haveria uma grande reação negativa à medida e que seria necessário algum grau de firmeza e enfrentamento de parte do Governo. Não entraram nisso sem conhecimento. Finalmente, os reformadores empresariais não gostam muito de gastar tempo com discussões. O fato é que o governador Alckmin será candidato nas próximas eleições presidenciais de 2018 e não pode terminar seu governo sem algo para apresentar na educação paulista que está sob controle do partido dele há 20 anos sem que tenha melhorado. Caso deixasse esta reorganização para ser discutida no próximo ano, a implementação só poderia ser feita ao final de 2016 para iniciar em 2017 e os eventuais resultados não viriam a tempo.

P. O senhor acha que o Governo pode voltar atrás ou suspender a reorganização, diante da reação dos alunos e das ocupações de escolas?
R. Seria surpreendido se isso ocorresse. No entanto, tudo pode acontecer, desde que haja uma grande mobilização dos estudantes que termine puxando para dentro da resistência pais e professores. Mas não é fácil.

ARQUIVADO EM: Ocupação Escolas . Apeoesp . Reorganização Escolar paulista . Protestos estudantis . São Paulo . Movimento estudantil

denúncia de Rodrigo Janot contra Michel Temer
(EL PAÍS)

um tiro ao gravar vídeo para o YouTube
(EL PAÍS)

O pesadelo dos EUA: adolescentes afegãs, cheias de sonhos
(EL PAÍS)

Iraque enfrenta desafio da reconciliação após a reconquista de Mossul
(EL PAÍS)

Recomendado por

© EDICIONES EL PAÍS, S.L.
Contato Venda de Conteúdos Publicidade Aviso legal Política cookies Mapa EL PAÍS no KIOSKOyMÁS Índice RSS

Anexo 3 / 10
Folha 112
Roseli Trevisan

Reorganização das escolas em São Paulo: política boa ou ruim?

GUILHERME LICHAND

11/12/2015 02h00

Compartilhar 873 Mais opções

PUBLICIDADE

Nas últimas semanas, testemunhamos o caloroso debate sobre a reorganização das escolas da rede pública do Estado de São Paulo, culminando na reversão da medida, que será estudada ao longo de 2016.

Ganhamos, assim, uma "segunda chance" para considerar se a medida tem ou não méritos, para que a retomada do debate no próximo ano seja baseada no que realmente importa.

A medida vai, de fato, melhorar a educação? Em caso afirmativo, seus benefícios compensam os custos da política?

Retomando o debate, o governo gostaria de concentrar um único ciclo (apenas Ensino Fundamental ou apenas Ensino Médio) por escola.

O argumento é que isso permitiria que os professores cumprissem um melhor papel, concentrados numa única faixa etária.

Deixando de lado a comunicação precária dos objetivos da iniciativa e a violência policial que se seguiu à ocupação das escolas que seriam fechadas, vamos nos concentrar no mérito da política.

A reorganização das escolas em São Paulo é política boa ou ruim?

Os que apoiam a iniciativa se baseiam na intuição de que o argumento do governo faz sentido, e na evidência de que alunos de escolas de ciclo único têm, em média, melhor desempenho que aqueles nas escolas com mais de um ciclo - ainda que possam ser diferentes em várias outras dimensões, também associadas a desempenho diferente.

Anexo B / 11
Folha 113
Roseli Trevisan

Os que são contrários a ela se baseiam nos custos associados aos deslocamentos mais longos para vários desses alunos. É o caso de irmãos de diferentes idades que não mais poderão ir juntos à escola.

Baseiam-se ainda na intuição de que a convivência com alunos de diferentes faixas etárias teria efeitos positivos. Há ainda argumentos associados a custos de transição: rompimento de laços entre colegas, e entre professores e alunos (esses custos são específicos à primeira geração de alunos afetados pela mudança, e serão ignorados neste artigo, para simplificar a discussão).

Quem está certo, afinal? Resposta curta: não sabemos. Esse é o chamado "problema fundamental da inferência": não observamos o mundo contrafactual em que tudo é igual, exceto a política que queremos avaliar.

A maneira mais segura e controlada de aprender a resposta seria "pilotando" a iniciativa: algumas escolas seriam sorteadas para serem reorganizadas ("grupo de tratamento"), enquanto outras não ("grupo de controle"). Em seguida acompanharíamos ao longo do tempo variáveis como frequência escolar, notas e evasão de todos os alunos, comparando aqueles cujas escolas foram reorganizadas com os demais.

Também monitoraríamos o tempo de deslocamento de casa até a escola, e as despesas da família com transporte.

O exercício seguinte é comparar os alunos entre os grupos de tratamento e controle.

Podemos comparar a média simples entre todos os alunos de cada grupo de escolas. Ou restringir a comparação aos alunos com dificuldade de aprendizagem ou, ainda, aos melhores alunos de cada grupo de escolas, para entender se a política tem efeitos diferentes sobre diferentes perfis de alunos.

Para cada comparação realizada, temos três situações possíveis. Primeira, se os alunos de escolas reorganizadas passam a ter, em média, resultados melhores para um dado perfil de aluno (digamos, os alunos com notas mais baixas), sem aumento nos custos de deslocamento, então a política é boa para aquele perfil.

Segunda, se os alunos das escolas reorganizadas não tiverem, em média, resultados melhores para um dado perfil de aluno, e ainda tiverem maiores custos de transporte, então saberemos que a política é ruim para aquele perfil.

Terceira, se ocorrer uma mistura dos cenários anteriores, então teríamos uma "zona cinzenta" em que é preciso definir um critério de ponderação para comparar ganhos ou perdas de desempenho com perdas ou ganhos de custos de deslocamento.

Anexo B / 11
Folha 114
Roseli Trevisan

Para fazer essa conta para a política proposta em São Paulo, no entanto, temos um outro "problema fundamental": a política não foi e, provavelmente, nem será pilotada de maneira controlada para que seu impacto possa ser avaliado antes de torná-la universal.

Isso impede que a sociedade entenda seus custos e benefícios, quando isso deveria ser pré-requisito do planejamento de qualquer política pública.

Se soubéssemos que a política favorece os alunos com dificuldades de aprendizagem, mas prejudica os melhores, que caminho gostaríamos de tomar? E se fosse o contrário?

Essa deveria ser a natureza do debate público. E essa é, também, a resposta longa para a pergunta que dá título a esse artigo: não existe política boa ou ruim para todo mundo. O que existe, sim, é planejamento ruim. Infelizmente, não precisamos de experimentos para afirmar que esse ainda é, via de regra, de baixa qualidade no país.

GUILHERME LICHAND, doutorando em Economia Política e Governo pela Universidade Harvard, é sócio-fundador da MGov Brasil

Anexo B / 11
Folha 115
Roseli Trevisan

Reorganização das escolas em São Paulo: política boa ou ruim? (parte 2)

GUILHERME LICHAND
LEONARDO ROSA

29/02/2016 13h00

9

Compartilhar 130 Mais opções

PUBLICIDADE

Na primeira parte deste artigo, discutimos a necessidade de avaliar políticas de maneira controlada para aprender sobre seus impactos.

Notamos, contudo, que isso provavelmente não vai ocorrer no caso da reorganização das escolas em São Paulo (SP). Será que, nesse caso, não podemos dizer nada sobre o mérito da política?

Nesta segunda parte, discutimos maneiras alternativas de tentar entender se a política é boa ou ruim. Cada uma dessas alternativas tem limitações.

Para entender o porquê, pense na diferença entre utilizar uma lanterna para procurar a chave de casa perdida na rua (experimento) e procurar a chave onde o poste ilumina (alternativas).

Se você perdeu a chave de casa debaixo de um poste, então o segundo método vai te permitir encontrá-la mesmo sem lanterna; do contrário, você pode até encontrar uma chave embaixo do poste, mas ela certamente não vai abrir a porta da sua casa.

O PROBLEMA DAS COMPARAÇÕES

A primeira alternativa para aprender se uma política é boa ou ruim mesmo sem experimentos é observando o efeito de políticas similares em outros contextos.

No entanto, essas comparações nem sempre são unânimes sobre os efeitos da política.

Anexo B / 12
Folha 116
Roseli Trevisan R

Por exemplo, um estudo para o estado de Ohio, nos EUA, sugere que a decisão de fechar escolas com pior desempenho leva os alunos a frequentar escolas melhores e a melhorar seu desempenho depois da mudança.

Já um estudo sobre os efeitos da transição dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental em Nova York sugere que separar ciclos em escolas diferentes piora o desempenho dos alunos.

Qual contexto é o mais adequado para aprendermos sobre os efeitos potenciais da política em São Paulo?

Para evitar generalizar a partir de outros contextos, poderíamos comparar alunos em escolas de ciclo único de São Paulo com os demais.

O problema dessa comparação é que ela não nos permite entender se as diferenças de desempenho entre alunos desses grupos se devem à organização dos ciclos ou a outros fatores que também influenciam o desempenho escolar dos mesmos.

Mesmo tentando comparar escolas iguais em todas as demais características, sempre há a possibilidade de que fatores como expectativas dos pais sobre o futuro dos filhos influenciem tanto em sua opção de matriculá-lo numa escola de ciclo único quanto no seu desempenho.

Como não observamos expectativas, esse exercício é, em última instância, uma missão impossível.

QUASI-EXPERIMENTOS

A segunda alternativa é tentar explorar eventos que, sob determinadas hipóteses, são tão bons quanto um experimento propriamente dito (ainda que não tenham sido definidos por sorteio).

Usando essa abordagem, comparamos alunos vindos da mesma escola de dois ou mais ciclos que passou por fechamento ou reorganização. Alguns desses alunos foram para escolas de ciclo único, mas outros não.

Como o momento da reorganização/fechamento é um "choque" externo às decisões dos pais ou às caraterísticas dos alunos, e como todos esses alunos estavam inicialmente em escolas de múltiplos ciclos, podemos argumentar que esse evento é tão bom quanto um experimento para essa amostra da população.

Para dar ainda mais credibilidade aos resultados, comparamos fechamentos de escolas em municípios diferentes, explorando variação na oferta de escolas de ciclo único.

Anexo B / 12
Folha 117
Roseli Trevisan R

A ideia é que, em cidades nas quais quase todas as escolas são de ciclo único, se a nova escola for escolhida ao acaso, há grande chance de os alunos acabarem em escolas de ciclo único por razões que nada tem a ver com o desempenho individual.

No período analisado (2007-2013)*, a partir dessa estratégia, encontramos que maior exposição a escolas de ciclo único diminui a evasão escolar e a repetência para todos os perfis de aluno dos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º anos), mas não afeta de forma significativa os alunos nos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano).

Os efeitos são quantitativamente relevantes: para os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, um ano a mais em escolas de ciclo único reduz a probabilidade de não concluir o 9º ano em 3,8 pontos percentuais (16% da média) e reduz a probabilidade de repetir ao menos uma série em 16 pontos percentuais (45% de média).

A POLÍTICA É BOA OU RUIM, AFINAL?

Em que medida podemos utilizar esses aprendizados para inferir os méritos da reorganização das escolas em São Paulo? A resposta depende de dois fatores.

Primeiro, em que medida você acredita nas hipóteses que fizemos para utilizar esse evento como quasi-experimento?

Segundo, mesmo que que você acredite nessa hipótese, até que ponto o que aprendemos sobre o efeito do ciclo único sobre alunos de escolas fechadas ou reorganizadas desde 2007 vale também para os alunos da rede como um todo em 2016? Mais uma vez, essa é uma pergunta que é impossível de responder.

Ainda que essas análises possam e devam ser parte do debate público, nos parece que seria muito mais racional "pilotar" a política, para aprender sobre seus efeitos sem a necessidade de hipóteses que podem convencer a uns mas não a outros.

De brinde, ainda poderíamos aprender sobre os desafios da implementação da política, para assim corrigi-la antes de torná-la universal.

*Utilizamos os dados do Censo Escolar para as escolas públicas de São Paulo, entre 2007 e 2013. Os detalhes das nossas análises estão disponíveis sob consulta.

GUILHERME LICHAND, doutorando em Economia Política e Governo pela Universidade Harvard, é sócio-fundador da MGov Brasil

LEONARDO ROSA, doutorando em Economia da Educação pela Universidade de Stanford

Anexo B / 12
Folha 118
Roseli Trevisan

B11 – Decreto nº 61.672, de 30 de novembro de 2015. Disciplina a transferência dos integrantes dos quadros de pessoal da SEE e dá providências correlatas.

DECRETO Nº 61.672,
DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015
Disciplina a transferência dos integrantes dos Quadros de Pessoal da Secretaria da Educação e dá providências correlatas
GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,
Decreta:
Artigo 1º - A Secretaria da Educação fica autorizada a proceder as transferências dos integrantes dos Quadros de Pessoal, nos termos dos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978, nos casos em que as escolas da rede estadual deixarem de atender 1 (um) ou mais segmentos, ou, quando passarem a atender novos segmentos.
Parágrafo único - Aplica-se o disposto no "caput" deste artigo às unidades escolares de Diretorias de Ensino distintas.
Artigo 2º – No caso de transferência dos integrantes do Quadro de Apoio Escolar e Quadro da Secretaria da Educação, a manutenção do Adicional de Insalubridade será por apostilamento do Dirigente Regional de Ensino.
Artigo 3º - As despesas decorrentes da aplicação do disposto neste decreto correrão à conta das dotações orçamentárias da Secretaria da Educação.
Artigo 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Palácio dos Bandeirantes, 30 de novembro de 2015
GERALDO ALCKMIN
Irene Kazumi Miura
Secretária-Adjunta, Respondendo pelo Expediente da Secretaria da Educação
Edson Aparecido dos Santos
Secretário-Chefe da Casa Civil
Saulo de Castro Abreu Filho
Secretário de Governo
Publicado na Secretaria de Governo, aos 30 de novembro de 2015.

Anexo B / 13
Folha 119
Roseli Trevisan

B12 – Gabinete do Secretário da Educação – Resolução SE 57, de 11-12-2015. Dispõe sobre o cumprimento das atividades escolares necessárias para a finalização do ano letivo de 2015.

(4)

sábado, 12 de dezembro de 2015 **Diário Ofi cial** Poder Executivo - Seção I São Paulo, 125 (231) – **49**

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução SE 57, de 11-12-2015

Dispõe sobre o cumprimento das atividades escolares necessárias à finalização do ano letivo de 2015

A Secretária Adjunta, Respondendo pelo Expediente da Secretaria da Educação, à vista do que lhe representaram a Coordenadoria de Gestão da Educação Básica - CGEB, aCoordenadoria de Gestão de Recursos Humanos - CGRH, a Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares - Cise e a Subsecretaria de Articulação Regional - Sareg, e considerando a necessidade de se assegurarem:

- as condições imprescindíveis à efetivação do cumprimento dos mínimos legais anuais de carga horária e de dias de efetivo trabalho escolar, garantindo ao aluno a continuidade e a regularidade dos estudos em seu processo de escolarização; e
- o acompanhamento pela Equipe de Supervisão de Ensino, articulada ao Núcleo Pedagógico da Diretoria de Ensino, zelando pelo cumprimento dos mínimos legais estabelecidos,

Resolve:

Artigo 1º - As unidades escolares que não conseguiram, na conformidade do calendário escolar já homologado, cumprir o mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar e as respectivas cargas horárias, exigidos pela Lei Federal 9.394, de 20-12-1996, deverão:

I - calcular a quantidade de dias letivos e de cargas horárias necessários à totalização dos mínimos anuais legais, para definição e agendamento das correspondentes aulas a serem ministradas, nos dias restantes de dezembro e ao longo de janeiro/2016;

II - propor alteração do calendário escolar, identificando as datas de término do ano letivo de 2015 e do período de férias dos professores, atentando ao disposto no Decreto 61.546, de 08-10-2015 e no artigo 62 da Lei Complementar 444/1985;

III - submeter à aprovação do Conselho de Escola e à apreciação do Supervisor de Ensino a proposta de calendário alterado, com posterior envio à homologação do Dirigente Regional de Ensino.

Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Anexo B / 14
Folha 120
Roseli Trevisan

B13 – Comunicado SE, de 11/12/2015 aos integrantes do quadro do magistério, informando que todos os estudantes permaneceriam em suas escolas e que nenhum deles seria transferido, conforme estava proposto.

sábado, 12 de dezembro de 2015 **Diário Ofi cial** Poder Executivo - Seção I São Paulo, 125 (231) – **51**

Comunicado SE de 11-12-2015

Aos Dirigentes e Supervisores de Ensino, aos Diretores de Escola e Professores

A Secretaria de Estado da Educação comunica aos profissionaisde educação, referidos em epígrafe, que todos os alunos das escolas da rede estadual de ensino têm suas matrículasgarantidas para o ano letivo de 2016. O primeiro dia de aula, marcado para 1º de fevereiro, será procrastinado para o dia 15 do mesmo mês, para viabilização das mudanças necessárias ao início das aulas, sem qualquer prejuízo aos alunos.

1. Com relação à matrícula dos alunos das escolas que seriam impactadas pela reorganização, esclarece que:

Todas as matrículas voltam ao estágio inicial. Sendo assim, os estudantes continuarão na mesma escola, em processo realizado
automaticamente, sem necessidade de qualquer solicitação por parte dos interessados. A consulta pela Internet poderá ser
feita a partir do dia 5 de janeiro, no portal da Secretaria da Educação;

2. Quanto ao novo período de transferência dos estudantes (de 5 a 11 de janeiro), todos os alunos que já pediram transferência para outras unidades de ensino deverão refazer a solicitação em decorrência da não reorganização das escolas.

A consulta para saber se a transferência foi efetivada na escola requerida poderá ser feita a partir do dia 22 de janeiro, no portal da Secretaria da Educação;

3. Haverá alteração e adaptação de toda logística envolvendo merenda escolar, transporte, mobiliário e kit de material escolar;

4. Igualmente, haverá alteração e adaptação da rede de suprimentos, por meio da qual as escolas podem adquirir insumos de limpeza, higiene e material de escritório;

5. O encerramento do ano letivo de 2015 acontecerá normalmente em 96% das escolas da rede estadual.

Nas unidades escolares onde houve ocupações, o calendário escolar será alterado e homologado pela Diretoria de Ensino, garantindo o cumprimento dos 200 dias letivos para todos os alunos, o que poderá ocorrer entre os meses de dezembro e janeiro.

6. O período de atribuição de aulas aos professores ocorrerá no período de 1º a 5 de fevereiro de 2016.

Todas as coordenadorias da Secretaria da Educação estão articuladas para operacionalizar as mudanças, em consonância com as Diretorias de Ensino, objetivando-se, assim, o melhor atendimento possível aos estudantes.

É importante que pais ou responsáveis atualizem seus dados no endereço: www.atualizeseusdados.educacao.sp.gov. br. Os dados são importantes para que as escolas mantenham as famílias a par dos procedimentos adotados e das novas oportunidades de estudos.

Anexo B /151
Folha 121
Roseli Trevisan

B14 – Publicação no site da SEE/SP – Reorganização é adiada para garantir diálogo com comunidade escolar em 2016.

DIVISÃO POR CICLOS

Reorganização Escolar é adiada para garantir o diálogo com comunidade escolar em 2016

O processo de Reorganização Escolar, que amplia o número de escolas com ciclo único, foi adiado pelo Governo do Estado, a fim de ampliar o diálogo com pais, alunos e comunidade escolar. A proposta favorece a gestão das unidades e possibilita a adoção de estratégias pedagógicas focadas na idade e fase de aprendizado dos alunos.

A Educação utilizou como base o levantamento realizado pela Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados), que apontou tendência de queda de 1,3% ao ano da população em idade escolar no Estado de São Paulo. Entre os anos de 1998 e 2015, a rede estadual de ensino perdeu 2 milhões de alunos.

Entenda a reorganização escolar e a proposta de dividir os alunos por ciclos

Com a divisão das escolas por ciclo, algumas unidades terão apenas alunos de 6 a 10 anos; outras receberão os adolescentes de 11 a 14 anos; outras serão exclusivas para jovens entre 15 e 17 anos.

A proposta da reorganização escolar pretende, por meio da divisão por idades, oferecer uma escola mais preparada para as necessidades de cada etapa de ensino e atenta à nova realidade das crianças e jovens.

As escolas que oferecem apenas um ciclo – 1º ao 5º do Ensino Fundamental, 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental ou Ensino Médio – são mais fáceis de administrar, pois a divisão permite que a equipe gestora, diretores e coordenação, tracem estratégias pedagógicas focadas nas necessidades de aprendizado do público atendido. A medida facilita também o planejamento das aulas pelos professores.

Entre os benefícios da medida também está a redução nos conflitos entre alunos de idades diferentes

Alunos em escolas de ciclo único aprendem mais

Entre diversos estudos que foram utilizados para a proposta da reorganização, está o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (Idesp), que mostrou que unidades que atendem alunos de apenas uma faixa etária têm desempenho melhor.

- **No Ensino Médio, por exemplo, os estudantes que frequentam escolas neste modelo aprenderam 28% mais;**
- **Escolas de segmento único do 1º ao 5º ano tiveram um rendimento 14,8% superior às demais;**
- **Aquelas que oferecem apenas do 6º ao 9º ano obtiveram resultado 15,2% melhor.**

Anexo B / 16
Folha 122
Roseli Trevisan



Reorganização Escolar é adiada para garantir o diálogo com comunidade escolar em 2016

O processo de Reorganização Escolar, que amplia o número de escolas com ciclo único, foi adiado pelo Governo do Estado, a fim de ampliar o diálogo com pais, alunos e comunidade escolar. A proposta favorece a gestão das unidades e possibilita a adoção de estratégias pedagógicas focadas na idade e fase de aprendizado dos alunos.

A Educação utilizou como base o levantamento realizado pela Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados), que apontou tendência de queda de 1,3% ao ano da população em idade escolar no Estado de São Paulo. Entre os anos de 1998 e 2015, a rede estadual de ensino perdeu 2 milhões de alunos.

Entenda a reorganização escolar e a proposta de dividir os alunos por ciclos

Com a divisão das escolas por ciclo, algumas unidades terão apenas alunos de 6 a 10 anos; outras receberão os adolescentes de 11 a 14 anos; outras serão exclusivas para jovens entre 15 e 17 anos.

A proposta da reorganização escolar pretende, por meio da divisão por idades, oferecer uma escola mais preparada para as necessidades de cada etapa de ensino e atenta à nova realidade das crianças e jovens.

As escolas que oferecem apenas um ciclo – 1º ao 5º do Ensino Fundamental, 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental ou Ensino Médio – são mais fáceis de administrar, pois a divisão permite que a equipe gestora, diretores e coordenação, tracem estratégias pedagógicas focadas nas necessidades de aprendizado do público atendido. A medida facilita também o planejamento das aulas pelos professores.

Entre os benefícios da medida também está a redução nos conflitos entre alunos de idades diferentes

Alunos em escolas de ciclo único aprendem mais

Entre diversos estudos que foram utilizados para a proposta da reorganização, está o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (Idesp), que mostrou que unidades que atendem alunos de apenas uma faixa etária têm desempenho melhor.

- **No Ensino Médio, por exemplo, os estudantes que frequentam escolas neste modelo aprenderam 28% mais;**
- **Escolas de segmento único do 1º ao 5º ano tiveram um rendimento 14,8% superior às demais;**
- **Aquelas que oferecem apenas do 6º ao 9º ano obtiveram resultado 15,2% melhor**

Anexo B /16
Folha 123
Roseli Trevisan

- **Para garantir uma melhor comunicação entre você e sua escola, não deixe de atualizar os seus dados cadastrais. Clique aqui. (https://atualizeseusdados.educacao.sp.gov.br/AlunoExterno/FiltroAluno)**

Tem alguma dúvida? Pergunte aqui! (http://www.educacao.sp.gov.br/central-de-atendimento/Contatoformulario.asp)

Últimas Notícias

Projeto sobre reenquadramento de aprendizagem vence o Prêmio Mario Covas 2017 (/noticias/projeto-sobre-reenquadramento-de-aprendizagem-vence-o-premio-mario-covas-2017)

Projeto sobre reenquadramento de aprendizagem vence o Prêmio Mario Covas 2017 (/noticias/projeto-sobre-reenquadramento-de-aprendizagem-vence-o-premio-mario-covas-2017)

- 01/11#DicaDaSemana: plataformas online ajudam a fortalecer o hábito da leitura (/noticias/dicadasemana-plataformas-online-ajudam-fortalecer-o-habito-da-leitura)
- 01/11Aulão online no próximo sábado (4) é chance para última revisão antes do Enem (/noticias/aulao-online-no-proximo-sabado-4-e-chance-para-ultima-revisao-antes-enem)
- 01/11Obras obrigatórias do vestibular são discutidas na Biblioteca Villa Lobos (/noticias/obras-obrigatorias-vestibular-no-centro-debate-na-biblioteca-villa-lobos)

Destaques

- Conheça os programas e projetos da Secretaria da Educação (http://www.educacao.sp.gov.br/portal/projetos)
- Sociedade: confira os serviços oferecidos para pais e comunidade (http://www.educacao.sp.gov.br/portal/area-reservada)
- Saiba mais sobre os cinco pilares que orientam as ações da Educação (http://www.educacao.sp.gov.br/compromisso-sp)

Mais Notícias (http://www.educacao.sp.gov.br/categoria/sociedade/)

EDUCAÇÃO COMPROMISSO DE SÃO PAULO (http://www.educacao.sp.gov.br/portal/projetos/compromisso-sp) FDE (http://www.fde.sp.gov.br/)

GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria da Educação (http://www.educacao.sp.gov.br)

Anexo B / 16
Folha 124
Roseli Trevisan

B15 – Decreto nº 61.692, de 04 de dezembro de 2015. Revoga decreto nº 61.672, de 2015.

Ficha Informativa

DECRETO Nº 61.692, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015

Revoga o Decreto nº 61.672, de 2015

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,
Decreta:
Artigo 1º - Fica revogado o Decreto nº 61.672, de 30 de novembro de 2015, que disciplina a transferência dos integrantes dos Quadros de Pessoal da Secretaria da Educação.
Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio dos Bandeirantes, 4 de dezembro de 2015
GERALDO ALCKMIN
Irene Kazumi Miura
Secretária-Adjunta, Respondendo pelo Expediente da Secretaria da Educação
Edson Aparecido dos Santos
Secretário-Chefe da Casa Civil
Saulo de Castro Abreu Filho
Secretário de Governo
Publicado na Secretaria de Governo, aos 4 de dezembro de 2015.

Anexo B / 17
Folha 125
Roseli Trevisan

B16 – Notícia folha.uol.com,br, de 12/11/2015, com o título: Alunos de invasão e governo terão audiência de conciliação, diz defensoria.

Alunos de invasão e governo terão audiência de conciliação, diz defensora

Protestos contra reforma nas escolas paulistas 152 de 246

Marlene Bergamo - 12.nov.2015/Folhapress

Anexo B /18
Folha 126
Roseli Trevisan

LEANDRO MACHADO
DE SÃO PAULO

Anexo ____/____
Folha _____
Roseli Trevisan _____

www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1705675-apos-invasao-de-escola-estudantes-e-governo-farao-audiencia-de-conciliacao.shtml

12/11/2015 20h32

Compartilhar 222 Mais opções

PUBLICIDADE

Estudantes que ocupam desde a manhã de terça o colégio estadual Fernão Dias Paes, em Pinheiros (zona oeste), vão participar de uma audiência de conciliação para negociar a saída da escola. O encontro vai ocorrer nesta sexta (13), às 15h.

A invasão da escola, que acontece desde terça-feira (10), é contra a decisão do governador Geraldo Alckmin (PSDB) de fechar 94 unidades estaduais a partir de 2016. Até a tarde desta quinta, cinco escolas já tinham sido ocupadas por estudantes na capital paulista e Grande SP.

Juiz, alguns alunos e representantes do governo devem comparecer na audiência de conciliação. A reunião também deve ser acompanhada pela Defensoria Pública do Estado e o Conselho Tutelar, já que alguns dos estudantes são menores de idade.

"A audiência é uma tentativa de conciliação. Nós vamos ver quais são as propostas do Estado e dos alunos. Não tem como prever", disse a defensora pública Mara Renata da Mota Ferreira.

A partir do horário da reunião, se não houver acordo, os estudantes terão 24 horas para deixar o colégio voluntariamente. Se isso não ocorrer, segundo o Tribunal de Justiça, o juiz deverá pedir em ofício que a a polícia cumpra novo mandado de reintegração de posse.

Após assembleia, os alunos que estão no colégio decidiram que ficarão mais uma noite no prédio –a terceira.

Anexo 6 / 18
Folha 127
Roseli Trevisan 25

B17 – Entrevista, El País, com José Renato Nalini, secretário que assumiu a SEE/SP após a saída do que liderava a proposta de reorganização. O título "A reorganização escolar foi feita em gabinete, sem se abrir à discussão". Ele garante que sua gestão será diferente.

BRASIL

JOSÉ RENATO NALINI | SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SP ›

"A reorganização escolar foi feita em gabinete, sem se abrir à discussão"

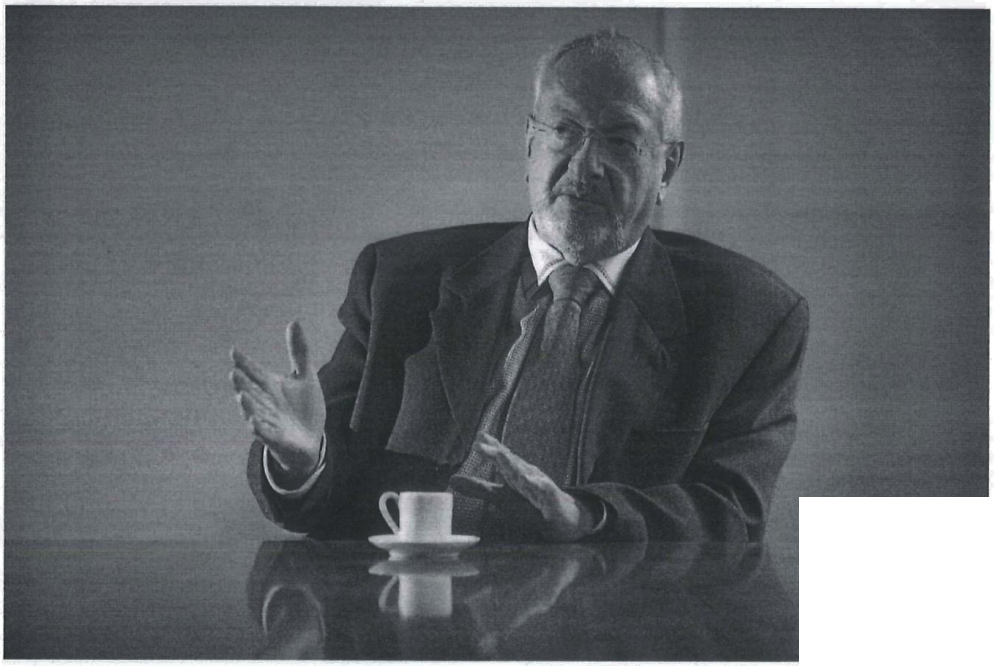
Segundo Nalini, o movimento de ocupações nas escolas não se repetirá contra a reforma do Ensino Médio porque "nada se fará sem a participação dos alunos"



MARINA ROSSI

São Paulo - 18 OUT 2016 - 20:09 CEST

Um ano após as ocupações nas escolas no Estado de São Paulo realizadas pelos secundaristas contrários à reorganização escolar, o secretário de Educação do Estado, José Renato Nalini, 70, afirma não saber do que se tratava o projeto. A proposta do Governo Alckmin de transformar diversas escolas em ciclos únicos e fechar ao menos 92 delas transformou-se em uma das maiores crises da gestão tucana.



José Renato Nalini, secretário de Educação

MAIS INFORMAÇÕES

Apresentado às pressas, plano de Temer para ensino médio acende debate entre especialistas

Governo Alckmin se prepara para "guerra" e alunos vão para as ruas

Governo de SP suspende reorganização

Culminou com a saída do então titular da Pasta, Herman Woorvald, no mesmo dia em que o Governo recuou e suspendeu, por ao menos um ano, a implantação do projeto que forçaria a transferência de milhares de alunos de suas escolas. Passado-se esse tempo, Nalini, que assumiu a secretaria no início de fevereiro, afirma que não há conversas dentro do Governo sobre a retomada da reorganização escolar. Esse foi um dos temas tratados nesta entrevista concedida pelo secretário, que até o ano passado era desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Pergunta. No início do ano o senhor disse ao jornal *Folha de S. Paulo* que se a escola não quiser a reorganização escolar, então não haverá. O senhor já descobriu o que a escola quer nesses seis meses de gestão?

Anexo B / 20
Folha 131
Roseli Trevisan

escolar após protestos

Luiz Carlos Freitas, diretor da Faculdade de Educação da Unicamp: "Caminho é investir na educação e não reorganizar para economizar"

A vida em uma escola ocupada que resiste a fechar as portas em São Paulo

O levante das ocupações das escolas deixa São Paulo rumo a Goiás

Resposta. A reorganização ficou suspensa. Quando eu aceitei o convite do governador, ele me disse que havia, por um decreto de dezembro [de 2015], suspenso por um ano a reorganização. Então eu não estou cuidando de reorganização porque estou achando que até dezembro é um assunto que não vai ser mencionado. Mas isso não impede que se discuta. Nunca me recusei a falar sobre isso. Eu não tive acesso ao material sobre a reorganização. E ao que se sabe, nem a secretária-adjunta [Cleide Bauab Eid Bochixio] teve acesso. Ela, por várias vezes, perguntou se podia ter conhecimento dos detalhes da reorganização e a assessoria, que ficava nessa sala [aponta para uma porta atrás dele, dentro do seu gabinete] dizia que era sigilosa. Ninguém me entregou um dossiê sobre a reorganização.

P. Por que o senhor acha que foi assim?

R. Porque essa reorganização foi feita em gabinete, sem se abrir à discussão. Isso é só percepção, porque eu também não tive transmissão de cargo. Eu cheguei aqui sozinho, o secretário [Herman Woorvald] não estava mais. Eu não pude conversar com ele para saber. [Woorvald deixou o cargo em dezembro do ano passado, após o anúncio da suspensão da reorganização escolar. Nalini só tomou posse em fevereiro deste ano].

P. Não houve uma conversa do senhor com o ex-secretário?

R. Não. Depois de alguns meses que eu estava aqui, eu soube que ele estava no prédio e o chamei para cumprimentá-lo pelo trabalho que ele tinha feito. Eu vi que ele visitou todas as diretorias, que ele fez uma pesquisa... Tanto que eu falava em diálogo, mas diálogo ele já fez. Então, até como cidadão eu disse 'quero cumprimenta-lo porque o senhor fez um trabalho muito consistente na rede ouvindo a rede'. Mas foi uma coisa informal, eu não conversei...

P. Nem mesmo com o governador o senhor tratou do assunto da reorganização?

R. Não. A minha percepção é que a reorganização teve vários focos. Um, que foi noticiado, seria dividir os ciclos.

P. O ciclo único, certo?

R. É. Fazer com que jovens não partilhassem do mesmo espaço que crianças novas.

P. E o que senhor acha disso?

R. Eu não tenho nenhuma convicção ainda. Porque eu já ou vi todos os lados. Sei do lado pragmático, de pais que têm filhos em idades diferentes então eles querem que fiquem na mesma escola. Ouço, que em países que nós deveríamos copiar em termos de avaliação, que a separação é boa porque você pode ter um tratamento compatível com a faixa etária sem a necessidade de administrar uma... Na verdade eu não tenho ponto de vista formado. Estou ouvindo e sei que nem há um consenso. Se houvesse um consenso, né? A segunda questão é da redução da demanda. E isso não somos nós que estamos inventando. Tínhamos oito milhões de alunos, depois passou para seis milhões e agora tem menos de quatro milhões. Um dos objetivos foi tentar racionalizar, concentrar o alunado naquela escola que tivesse ociosidade e isso implicaria na desocupação de alguns edifícios.

"Eu não tive acesso ao material sobre a reorganização. E ao que se sabe, nem a secretária-adjunta teve acesso. Ela várias vezes perguntou se podia ter conhecimento dos detalhes da

Anexo B / 00
Folha 132
Roseli Trevisan

reorganização e a assessoria dizia que era sigilosa. Ninguém me entregou um dossiê sobre a reorganização"

P. Na época da discussão sobre a reorganização, um dos maiores argumentos do Governo era que as escolas de ciclo único apresentavam melhores resultados. Inclusive a secretaria de Educação dizia haver um estudo que apontavam para esses desempenhos melhores. O senhor teve acesso a esse estudo?

R. Não tive acesso. Nem sei se existe isso. Eu já pedi para a coordenadoria pedagógica que me mostrasse isso. Mas aqui na secretaria, cada dia você tem que enfrentar um problema... Mas eu continuo dizendo: se houver uma diretoria de Ensino que me disser que aqui toda a comunidade está de acordo de que pode haver uma mudança, por que não fazer? Mas para saber se isso é viável, estamos investindo em outras frentes, como por exemplo, a gestão democrática.

P. Que funciona como?

R. É um projeto extremamente ambicioso. A primeira parte foi ouvir o alunado. Não através da secretaria, mas através de ONG que não tem vinculação conosco. O Instituto Inspirare ouviu 132.000 alunos. Outro passo é que nós oferecemos a oportunidade de os grêmios fazerem uma eleição mais ou menos com o mesmo cronograma para não haver uma gestão que começa aqui, outra que começa lá. E mais de 90% das escolas fizeram. Ao mesmo tempo, estamos tentando mudar os estatutos dos grêmios, os regimentos das escolas, vitaminar as associações de pais e mestres....

P. Mas o grêmio não deveria ser mais independente? A secretaria mudar o estatuto não tira a autonomia?

R. Quem quiser, pode. Se você tiver outra ideia, toda criatividade é bem-vinda. Mas se você quiser uma minuta, um projeto, um esboço, nós também oferecemos. Ninguém coibiu ninguém. Não há grêmio chapa branca. Nós achamos que uma das formas de o alunado participar é pelo grêmio, mas se quiserem outras coisas... Por isso que estamos pensando em rever o conselho escolar, a associação de pais e mestres...

P. O senhor tem bastante ambição para tão pouco tempo, não?

"Nada se fará sem a participação dos principais interessados e destinatários da reforma [do Ensino Médio], que são os próprios alunos"

R. Mas sabe o que acontece? Como é o seu nome?

R. Marina

P. Então, eu venho do direito, Marina. Antes de eu vir pra cá, eu fui ver o que a Constituição fala a respeito da educação. Meu catecismo é a Constituição, que é um pacto que é supragovernamental, supranacional, supraestatal, é aquela aliança que a comunidade faz num momento histórico sobre o que ela pensa de alguns temas. E o constituinte é o único poder soberano. Ele pode tudo. O que a Constituição diz sobre a educação? Que é direito de todos, mas é dever do Estado, da família e da sociedade. O Estado está fazendo a parte dele, que é reservar 31% do orçamento. Agora, nós precisamos fazer com que a sociedade se interesse pela escola. Aliás, a Lei de Diretrizes e Bases diz 'a família em primeiro lugar'. Depois sociedade e Estado. A família tem aquela

Anexo 13 / 20
Folha 133
Roseli Trevisan

responsabilidade que chamamos de currículo oculto. A sociedade não pode esperar que a escola resolva todos os problemas. E a boa família tem que acompanhar.

P. No início do ano, o senhor chegou a dizer que "sonha" com uma escola em que a merenda seja feita pelas mães. Acredita que essa é uma boa maneira de a família se envolver com a escola? Não acha que esse envolvimento é uma maneira de terceirizar as obrigações do Estado?

R. Não fui eu quem defendeu, embora não hesitasse em repetir aquilo que a Constituição da República prevê no artigo 205: educação é direito de todos, mas dever do Estado, da família e da sociedade. Continuo a pensar que a proximidade da família ajuda a escola a melhor servir às suas finalidades. Não se propõe que o Estado decline de suas responsabilidades. Por sinal, São Paulo continua reservando 31% do seu orçamento para a educação. Mas a participação da comunidade familiar e da sociedade junto à escola só servirá para mostrar que ela é o centro de convergência dos interesses da localidade onde ela se situa. Toda participação com vistas ao aprimoramento do processo de ensino/aprendizagem é bem vinda. Inclusive a atuação mais próxima das mães junto ao setor de alimentação escolar. Quem melhor do que a mãe para aferir se o filho está sendo bem atendido em todas as suas necessidades dentro da escola?

[de acordo com matéria publicada pelo jornal *O Estado de São Paulo* no dia 15 de março deste ano, Nalini disse: "Nada como as mães para acompanhar como é que está a merenda do seu filho. Eu sonho com uma escola em que houvesse uma horta, houvesse um galinheiro, e que a merenda fosse feita e elaborada pelas mães. Há comida feita com mais amor do que pelas mães?"]

P. No ano passado, enquanto os alunos ocupavam escolas aqui contra a reorganização escolar, em Goiânia os secundaristas ocuparam contra o projeto do Governo passar a administração das escolas para Organizações Sociais (OS). Muitos especialistas dizem que Goiás é o Estado piloto para testar as OS na educação. Existe esse plano aqui em São Paulo?

R. Não. Até porque, temos um período muito curto. Eu fui convidado por um governador que teria em tese 2017 e 2018 de gestão. É lógico que eu não paralisei nada do que está em andamento, mas no processo pedagógico. Eu quero chamar a atenção da sociedade para que a família se aproxime da escola. Mas nunca se falou nisso [OS]. Aliás, posso dizer que OS é uma coisa que o nosso Governo aqui não encara com muita simpatia.

P. Por quê?

> **"A sociedade não pode esperar que a escola resolva todos os problemas. E a boa família tem que acompanhar"**

R. Porque, pelo que eu escuto, ela remunera de uma forma que o Estado não consegue remunerar. Quando o Estado está com uma restrição de insuficiência orçamentária, as OS não tomam conhecimento. Elas seguem com uma remuneração que cria um descompasso. Não há essa política aqui. E nem sei se está dando certo lá em Goiás.

P. A reforma do Ensino Médio trouxe muitas dúvidas e questionamentos. De maneira geral, como o senhor avalia a MP anunciada?

R. A revisão da sistemática do Ensino Médio é uma reivindicação antiga do alunado. Tanto que o Projeto de Lei contendo o resultado de ampla pesquisa e discussão encontra-se no Parlamento desde 2013. Nada obstante a

Anexo 13 / 20
Folha 134
Roseli Trevisan

valia e legitimidade da proposta, a dimensão da Rede Pública de Educação de São Paulo reclama um planejamento consistente, antecedido de consulta a todos os interessados: alunos, professores, diretores, supervisores, coordenadores, dirigentes, funcionários e demais colegiados: Grêmios, Associação de Pais e Mestres, Conselho Escolar. A comunidade pode ficar tranquila que nada se fará de forma abrupta e sem democrática participação de todos aqueles que serão afetados pela reforma.

P. Uma das críticas foi de que a reforma não foi previamente discutida com a comunidade escolar, algo muito parecido com o que diziam na época da reorganização escolar em São Paulo. O senhor acha que faltou discussão?

R. Na verdade, a discussão antecedeu a elaboração do Projeto de Lei. Nada obstante, a Secretaria da Educação de São Paulo fará nova enquete e propiciará a toda a comunidade a oportunidade de rediscutir e de debater em plenitude a reforma e seu alcance.

P. Os estudantes de São Paulo foram às ruas na mesma semana do anúncio, contrários à reforma. O senhor acha que as mudanças podem gerar uma nova onda de ocupação nas escolas do Estado?

R. Acredito que não, depois de o alunado ser cientificado de que nada se fará sem a participação dos principais interessados e destinatários da reforma, que são os próprios alunos.

ARQUIVADO EM:

Coreia do Norte manteve preso (EL PAÍS) | **o inferno** (EL PAÍS) | **venezuelana** (EL PAÍS) | (EL PAÍS)

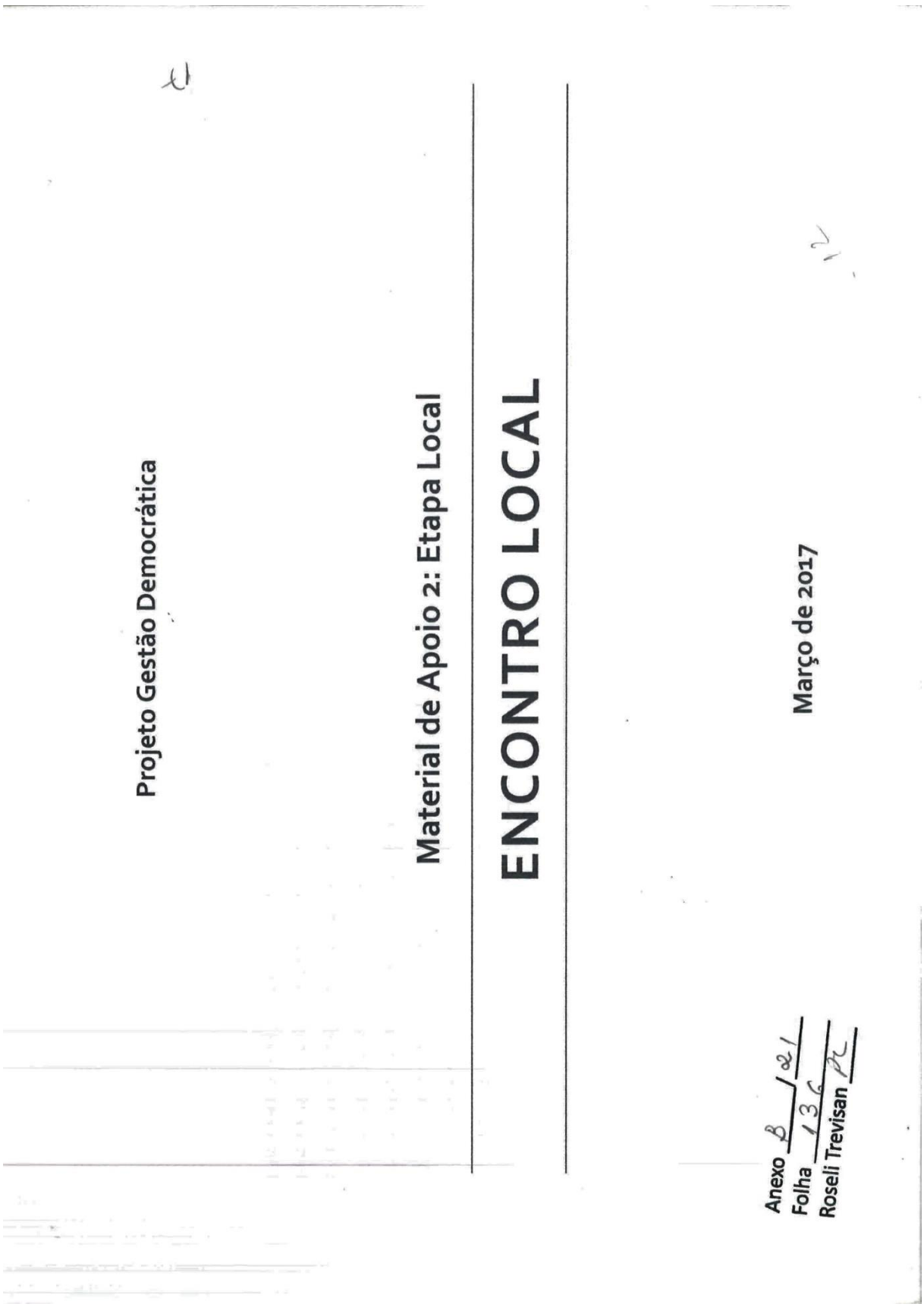
Recomendado por

© EDICIONES EL PAÍS, S.L.

Contato | Venda de Conteúdos | Publicidade | Aviso legal | Política cookies | Mapa | EL PAÍS no KIOSKOyMÁS | Índice | RSS

Anexo B / 20
Folha 135
Roseli Trevisan

B18 – Projeto “Gestão Democrática para 2017”. Ação do novo secretário. Objetivo: promover diálogo da escola consigo mesma e com a comunidade.



Gestão Democrática

Material de Apoio: Etapa Local

Sumário

1. **Resultados Esperados do Encontro Local** 3
   1.1 Produtos 3
   1.2 Mudanças Esperadas 3
2. **Encontro Local** 4
3. **Programação do Encontro Local** 6

Instrumento 1: Lista de Presença 19
Instrumento 2: Fichas Explicativas Encontro Local 20
Instrumento 3: Lista de Desafios Prioritário 26
Instrumento 4: Ficha de Propostas da Escola 27
Instrumento 5: Ficha de Avaliação 33
Instrumento 6: Próximos Passos 34



Material de Apoio: Etapa Local

1. RESULTADOS ESPERADOS DO ENCONTRO LOCAL

O Encontro Local é a atividade de culminância da Etapa Local. Cada escola deve organizar um Encontro Local logo após a realização dos Encontros Preparatórios, com o propósito de alcançar os seguintes resultados:

1.1 Produtos

✓ Conjunto de propostas práticas para o aprimoramento de atitudes, procedimentos e regulamentos relacionados à gestão democrática no nível das escolas e da rede;

✓ Conjunto de propostas práticas para aprimoramento dos espaços de participação: Grêmios Estudantis, Conselhos de Escola e Associações de Pais e Mestres;

✓ Conjunto de ações concretas a serem realizadas pela própria escola para melhoria da gestão democrática no seu cotidiano.

1.2 Mudanças Esperadas

✓ Gestores mais abertos e comunidades escolares mais engajadas em discussões e ações relacionadas à gestão democrática;

Anexo 13 / 21
Folha 132
Roseli Trevisan

✓ Comunidades escolares sensibilizadas para incorporar atitudes mais empáticas, generosas, inclusivas, respeitosas e participativas no seu cotidiano;

✓ Escolas mais abertas e instrumentalizadas para incorporar práticas de gestão democrática;

✓ Estudantes mais conscientes e preparados para participar de processos democráticos dentro e fora da escola;

✓ Servidores da Secretaria Estadual de Educação mais atentos e instrumentalizados para incorporar atitudes e procedimentos mais democráticos na sua relação com a rede.

2. ENCONTRO LOCAL

Período: Após a realização dos Encontros Preparatórios, as escolas terão até a última semana do mês de maio para realizar o Encontro Local.

Duração: 3 horas e 30 minutos.

Local: Espaço amplo em que caibam todos os participantes para as sessões em plenária e salas anexas para realização dos trabalhos em grupo. (Caso não haja salas disponíveis, os trabalhos de grupo podem ser realizados no mesmo espaço das plenárias.)

Organização: O Encontro Local deve ser conduzido pelos integrantes da Comissão Organizadora.

Participantes do Encontro Local:

✓ **Recomendados:** Supervisor de Ensino ou PCNP, Equipe Gestora, GOE ou AOE, Representante dos Professores, Representantes de Classe, Integrantes do Grêmio Estudantil, do Conselho de Escola e da APM.



Material de Apoio: Etapa Local

✓ **Representantes Indicados por Segmento:** A cada Encontro Preparatório, os participantes devem eleger um ou dois representantes para participar do Encontro Local. Assim sendo, também deverão participar da atividade professores, servidores, pais/responsáveis e parceiros da comunidade. Os representantes devem ser escolhidos com base nos seguintes critérios:

- Envolvimento com a elaboração das propostas durante os Encontros Preparatórios;
- Facilidade de dialogar com seus pares e com representantes de outros segmentos da escola;
- Interesse pelo tema da gestão democrática;
- Disponibilidade de tempo.

Sugere-se que o total de participantes do Encontro Local varie entre 50 e 60 pessoas, de acordo com o porte da escola. Recomenda-se a busca de equilíbrio na representação dos diversos segmentos da comunidade escolar, bem como na quantidade de adultos e de estudantes.

Vale lembrar que esse encontro tem a função de integrar e aprofundar propostas elaboradas com a participação de toda a comunidade escolar durante os Encontros Preparatórios. Portanto, para que seja produtivo, é melhor que não envolva um grupo muito extenso de pessoas.

Assim que todos os participantes forem definidos, recomenda-se a elaboração de uma lista de presença com o nome de todos, a ser assinada à entrada do Encontro Local.

Anexo B / 21
Folha 138
Roseli Trevisan

Gestão Democrática

Material de Apoio: Etapa Local

3. PROGRAMAÇÃO DO ENCONTRO LOCAL

de 50 a 60 pessoas.

A sugestão de programa para realização do Encontro Local utiliza técnicas de *design thinking*[1], processo que busca desenhar soluções para problemas reais, tendo como preocupação central melhorar a vida das pessoas envolvidas. A intenção é assegurar que os participantes compreendam bem os problemas que precisam solucionar e possam criar propostas efetivas para resolvê-los.

Duração: Pelo menos 3h30min (o tempo pode ser estendido conforme disponibilidade da escola).

Atividade	Objetivo da Atividade	Descrição da Atividade	Dicas	Registros	Tempo/Material
Atividade 1: Boas-vindas	Apresentar os objetivos e a agenda do encontro e mobilizar os participantes	1. Os integrantes da Comissão Organizadora do Encontro Local agradecem pela presença, lembram a todos da necessidade de assinar a Lista de Presença e retomam:	Essa atividade busca assegurar que todos os participantes estejam bastante alinhados em relação ao que se espera do Encontro Local, o que precisa ser produzido e como cada um pode	Lista de Presença	15'

[1] "É um processo de pensamento crítico e criativo que permite organizar informações e ideias, tomar decisões, aprimorar situações e adquirir conhecimento. " Charles Burnette



Material de Apoio: Etapa Local

	para se engajarem ativamente nas discussões	✓ os objetivos e as etapas do Projeto Gestão Democrática; ✓ os objetivos e as etapas do Encontro Local; ✓ a agenda da atividade do dia. 2. Na sequência, abrem para perguntas e esclarecimentos por parte dos participantes, para assegurar uma boa compreensão do que foi apresentado. (ler segurança)	contribuir da melhor forma para que o processo seja democrático e produtivo. A apresentação dos objetivos e da agenda deve ser breve e clara. Para facilitar o processo, sugere-se que a Comissão Organizadora utilize as Fichas Explicativas do Encontro Local como referência. → definir a liderança		Lista de Presença (Instrumento 1 – pág. 19) e caneta Fichas Explicativas Encontro Local (Instrumento 2 – pág. 20)
Atividade 2: Reflexão sobre o Diagnóstico	Aprofundar a análise do resultado do diagnóstico sobre a gestão	1. A Comissão Organizadora realiza uma apresentação mais aprofundada dos resultados apontados pelos questionários preenchidos pela escola. Também apresenta uma lista preliminar de	A apresentação dos resultados dos questionários deve conter todos os dados disponibilizados no relatório, para que possam ser bem compreendidos por todos. É interessante	Lista de Desafios Prioritários	**45'**

Anexo B /21
Folha 139
Roseli Trevisan R

Gestão Democrática



Material de Apoio: Etapa Local

	democrática da escola com os participantes e identificar principais desafios da escola e da rede estadual	desafios, com todas as mudanças sugeridas durante os Encontros Preparatórios, indicando aquelas que dizem respeito à escola e as que são mais focadas na rede estadual. (comparar Estado vi a Escola) 2. Em seguida, abre o debate para que os participantes possam compartilhar dúvidas, bem como breves reflexões sobre o que mais os surpreendeu em relação ao que foi apresentado. 3. Por fim, a Comissão Organizadora pede que os participantes decidam conjuntamente quais são os **10** principais desafios que precisam ser solucionados:	apresentá-los com apoio de algum recurso visual, de preferência uma apresentação projetada em telão, para que todos possam acompanhar. O mesmo deve acontecer com a Lista de Desafios. Durante o debate, quem conduzir as discussões deve ter bastante cuidado com o tempo e a qualidade das discussões, evitando desentendimentos, falas muito longas ou improdutivas. É preciso lembrar a todo momento que o Encontro Local tem como foco a discussão sobre a gestão democrática, para que as discussões não se desviem para outros		**Folhas de papel e canetas** **Lista de Desafios Prioritários (Instrumento 3 – pág. 26)** Gestor do tempo 45'



		✓ na atitude das pessoas; ✓ nos processos, ou seja, na forma como as coisas acontecem na escola e na rede estadual de educação; ✓ nos regulamentos que regem o funcionamento da escola, de Grêmios, Conselhos de Escola, APMs e da rede.	assuntos. Também é importante evitar o tom de lamentação. A ideia é reconhecer os problemas, mas trabalhar em conjunto para encontrar soluções. Da mesma forma, também é muito importante que as críticas sejam recebidas de forma construtiva e todos escutem e compartilhem a tarefa de encontrar formas de melhorar o que ainda não está funcionando bem. O propósito dessa atividade é conversar com franqueza e objetividade sobre os desafios que precisam ser resolvidos para que a gestão da escola e da rede seja mais democrática. Cada		

Anexo 3 / 21
Folha 140
Roseli Trevisan



Material de Apoio: Etapa Local

			escola deve escolher no máximo 10 desafios. Para ajudar os participantes a escolher os principais desafios a serem solucionados, sugere-se: ✓ buscar desafios que precisam ser melhorados tanto pela escola quanto pela rede estadual como um todo; ✓ equilibrar quantidade de desafios mais relacionados a atitudes, procedimentos e regulamentos; ✓ escolher os desafios que têm mais impacto no cotidiano da comunidade escolar, especialmente no		



Material de Apoio: Etapa Local

			engajamento e na aprendizagem dos estudantes. Sugere-se que os 10 desafios sejam escolhidos em meio a discussão realizada em plenária. Caso não haja consenso, recomenda-se que a escolha aconteça por meio de votação (Distribuir um pedaço de papel para cada participante e pedir que vote em até três desafios, selecionando os 10 mais votados).		
Atividade 3: Elaboração de Propostas	Oportunizar o aperfeiçoamento de propostas concretas para melhoria da gestão	1. A Comissão Organizadora divide os participantes em grupos formados por representantes dos diferentes segmentos (equipe gestora, professores, servidores, estudantes,	A elaboração de propostas é uma atividade fundamental, portanto precisa de tempo, orientação e concentração para que seja bem-feita. As Fichas de Propostas da	Fichas de Propostas da Escola	60'

Anexo B /21
Folha 141
Roseli Trevisan



	democrática na escola e na rede de educação	pais/responsáveis e parceiros da comunidade), sendo um grupo para trabalhar com cada desafio selecionado na atividade anterior. 2. Cada grupo recebe o seu desafio e a tarefa de elaborar propostas para solucioná-los. As soluções podem ser direcionadas para: ✓ **um ou mais segmentos**: equipe gestora, professores, servidores, estudantes, pais/responsáveis ou parceiros da comunidade; ✓ **a escola;** ✓ **a Diretoria de Ensino;** ✓ **a Secretaria de Educação.**	Escola trazem um passo a passo mais detalhado do que foi feito no Encontro Preparatório, baseando-se em técnicas de *design thinking*, processo que busca desenhar soluções adequadas para problemas reais. Para que os grupos tenham tempo suficiente para criar suas propostas, é importante que as atividades anteriores não atrasem e que cada grupo se concentre em trabalhar com um único desafio, mas podendo pensar em um conjunto de até três propostas para resolvê-lo. Nesse momento, vale retomar a ideia de que		**Folhas de papel e canetas** **Fichas de Propostas da Escola (Instrumento 4 – pág. 27)**



		4. A Comissão Organizadora deve entregar a cada grupo todas as sugestões relacionadas ao seu desafio que vierem tanto dos Encontros Preparatórios, quanto da Caixa de Propostas. Os grupos deverão selecionar até três sugestões e utilizar um formulário denominado de Ficha de Propostas da Escola, para a integrar, aperfeiçoar, detalhar e complementar as propostas selecionadas. 5. Ao final dessa atividade, cada grupo deve escolher um representante para apresentar as suas ideias em plenária e outro para anotar as recomendações de melhoria que podem	essas soluções podem ter como propósito mudar a atitude das pessoas, os processos de gestão ou a regulamentação que orienta esses processos. Ainda assim, os grupos devem se dedicar mais à qualidade do que à quantidade de propostas. Uma ideia bem estruturada, além de mais efetiva, também é mais fácil de ser realizada do que muitas sugestões pulverizadas. Para assegurar que os grupos realizem o processo e preencham a Ficha de Propostas da Escola adequadamente, sugere-se que: ✓ cada grupo ocupe uma sala, para que		

Anexo B / 21
Folha 142
Roseli Trevisan



		vir dos demais participantes do Encontro Local.	possa se concentrar melhor, com menos barulho e interferência dos demais; ✓ cada grupo seja orientado por um integrante da Comissão Organizadora que tiver mais familiaridade com o desafio em questão; ✓ os participantes sigam as orientações e os exemplos contidos no próprio formulário; ✓ as ideias sejam registradas com clareza na Ficha de Propostas da Escola, tarefa que pode ser assumida pelo integrante		



			que tiver mais facilidade com esse tipo de atividade. Ao final do processo de criação, os participantes devem produzir propostas concretas, viáveis e capazes de melhorar o que não está funcionando bem para que a gestão da sua escola e da rede estadual seja cada vez mais democrática. A escolha do representante que fará a apresentação em plenária deve levar em conta a sua capacidade de se comunicar com entusiasmo, clareza e objetividade. Já o representante que anotará as sugestões dos participantes deve	1 fala na plenária e 1 registra o q aparecer de #.

Anexo 8/21
Folha 143
Roseli Trevisan RC



Material de Apoio: Etapa Local

			ser alguém que consegue captar e escrever rapidamente as contribuições que surgirem.		
Atividade 4: Partilha de Propostas	Compartilhar e discutir as propostas elaboradas nos grupos, para que sejam validadas pelos demais participantes do Encontro Local	1. A Comissão Organizadora convida os representantes dos grupos para apresentarem suas propostas. 2. Cada representante terá até 2 minutos para apresentar suas ideias em tempo cronometrado pela Comissão Organizadora. Enquanto isso, os demais participantes anotam suas sugestões para melhorar as propostas apresentadas, utilizando folhas de papel. 3. Após a apresentação, os demais participantes do Encontro Local têm até 2 minutos para discutir, dar sua opinião e aprovar as	Esta atividade demanda muita agilidade por parte da Comissão Organizadora para que ela não se torne maçante. As apresentações das propostas devem ser curtas e objetivas, bem como as contribuições dos participantes para melhorá-las. O que não puder ser verbalizado deve ser escrito e entregue ao redator do grupo.	Sugestões para melhoria das propostas	**60'** **Pedaços de papel em quantidade suficiente para todos os participantes e canetas**



Material de Apoio: Etapa Local

		propostas apresentadas. Aqueles que não tiverem tempo de contribuir oralmente podem enviar suas sugestões por escrito.			
Atividade 5: Próximos Passos	Estimular que os participantes pensem sobre como podem começar a implementar as propostas elaboradas para a escola	1. A Comissão Organizadora pede aos participantes que avaliem o Encontro Local dizendo: ✓ uma palavra para expressar o que foi bom; – 1 pessoa ✓ uma palavra para expressar o que poderia ter sido melhor; 1 pessoa ✓ uma frase para expressar o que podemos fazer já. 1 pessoa 2. Três membros da Comissão Organizadora registram as falas dos participantes, sendo que um deles registra apenas	As avaliações devem ser recebidas com abertura para que sejam sinceras. Se a avaliação não for boa, vale pensar em organizar um novo Encontro Local para refazer o que não deu certo. Se a avaliação for positiva, vale incorporar as atividades e os instrumentos que deram certo ao cotidiano da escola. Em ambos os casos, é importante assegurar que esse momento seja bem animado, para que os	3 membros da comunidade.	30' **Ficha de Avaliação (Instrumento 5 – pág. 33)**

Anexo B / 21
Folha 144
Roseli Trevisan



Material de Apoio: Etapa Local

		a palavra que exprime o que foi bom, um deles o que pode melhorar e o outro o que se pode fazer já. 3. Em seguida, a Comissão Organizadora agradece a todos pela participação e indica que as propostas serão organizadas em uma versão final e socializadas em mural e reuniões posteriores.	participantes saiam do Encontro Local com vontade de arregaçar as mangas e começar a colocar suas ideias em prática. Ao final, vale destacar que a melhoria da gestão democrática na escola e na rede estadual dependem do envolvimento e da participação efetiva de todos.		**Ficha de Próximos Passos (Instrumento 6 – pág. 34)**

Após o Encontro Local, a Comissão Organizadora deverá se reunir, mais uma vez, para incorporar as sugestões que fizerem sentido, elaborando a versão final das propostas, que devem ser penduradas no mural da escola, para que todos os interessados possam conhecer o produto final dos seus esforços. Sugere-se ainda que as propostas finais sejam apresentadas em reuniões de ATPC, Conselho de Escola, APM, Grêmio, entre outras.

Gestão Democrática



Material de Apoio: Etapa Local

INSTRUMENTO 1: LISTA DE PRESENÇA

Escola: EE _____ Data: _____

Encontro Local					
Nome	Contato (e-mail/WhatsApp)	Marque com um X se você participa:			Assinatura
		Grêmio	Conselho de Escola	APM	
Total de participantes: ____		____	____	____	

PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO

Anexo 8 / 21
Folha 145
Roseli Trevisan

Gestão Democrática

Material de Apoio: Etapa Local

INSTRUMENTO 2: FICHAS EXPLICATIVAS ENCONTRO LOCAL

Projeto

Gestão Democrática



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Educação

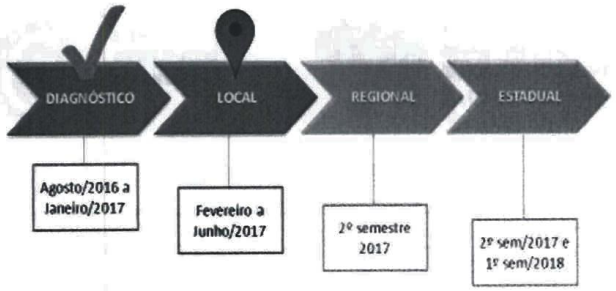
OBJETIVO GERAL DO PROJETO

Ampliar a cultura democrática no cotidiano das escolas públicas paulistas e de suas comunidades.

Gestão Democrática

Material de Apoio: Etapa Local

ETAPAS DO PROJETO



ETAPA DIAGNÓSTICO

- Identificamos a percepção da comunidade escolar a respeito da efetividade dos espaços de participação já existentes por meio de um questionário, que foi aplicado em todas as escolas.

Ações:



Questionário *online*



Anexo B / 21
Folha 145
Roseli Trevisan

Gestão Democrática

Material de Apoio: Etapa Local

ETAPA DIAGNÓSTICO – GRUPOS DE ESCUTA

30 Facilitadores capacitados (2 por polo)

2.700 participantes (alunos, responsáveis, servidores/professores /gestores)

225 municípios

105 Grupos de Escuta

1.500 escolas

ETAPA DIAGNÓSTICO – QUESTIONÁRIO

Questionário

Quase
MEIO MILHÃO
de participações!

*Ao total, foram 448.593 questionários preenchidos

Gestão Democrática

Material de Apoio: Etapa Local

ETAPA LOCAL

- Devolutiva à comunidade escolar sobre os resultados do Questionário, por meio de debate local, sobre gestão democrática com identificação de boas práticas.



Encontros nas + de 5 mil escolas



ETAPA REGIONAL

- Debate Regional tendo como referencial os resultados dos Encontros Locais com a participação efetiva da comunidade escolar. A ideia é construir um material com abrangência e representatividade regional e abrir uma nova oportunidade para discussão no âmbito das Diretorias de Ensino.



Debate nas **91 Diretorias** de Ensino



Anexo B 121
Folha 146
Roseli Trevisan

Gestão Democrática

Material de Apoio: Etapa Local

ETAPA ESTADUAL

- O produto das discussões regionais servirá de base para o Encontro Estadual. As contribuições serão analisadas para a elaboração de um Projeto de Lei e utilizadas nas ações pedagógicas para fortalecer os valores da democracia na escola e na gestão educacional.



Encontro Estadual

Projeto de Lei

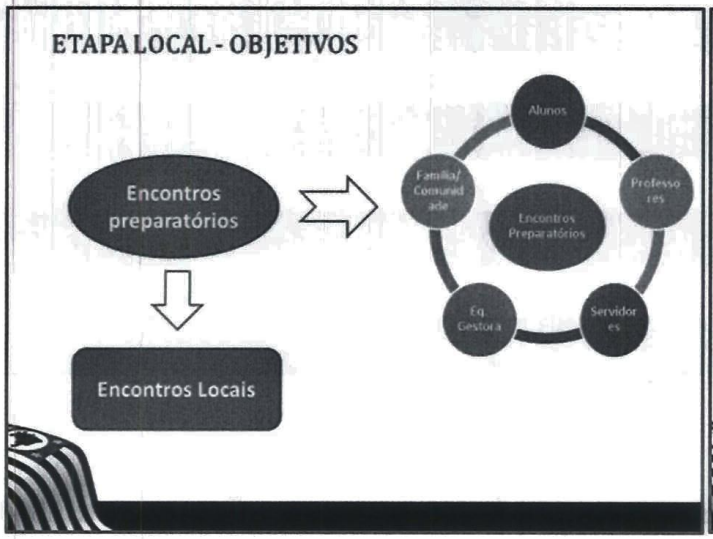


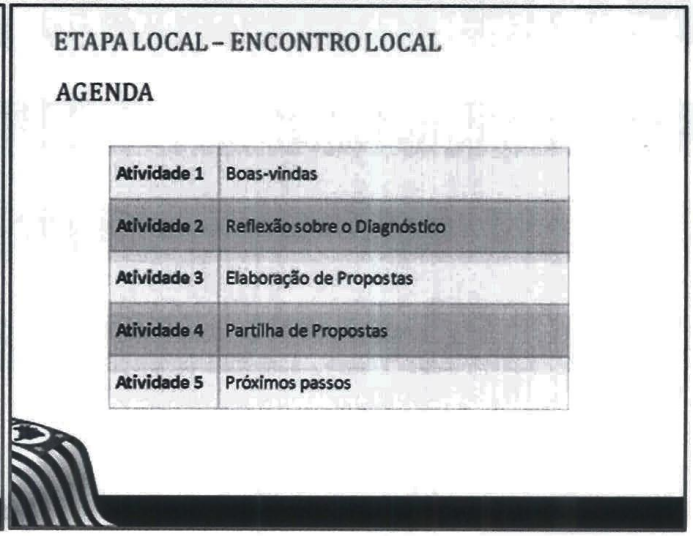
ETAPA LOCAL - OBJETIVOS

- **Ampliar os conhecimentos** sobre gestão democrática entre gestores, professores, servidores da escola, estudantes, pais/responsáveis e comunidade, para aprofundar reflexões e ações nessa área;
- **Compartilhar os resultados da Etapa Diagnóstico** com as escolas, para que identifiquem desafios e oportunidades de melhoria de atitudes, procedimentos e regulamentação para promoção da gestão democrática;
- **Fomentar a construção participativa de propostas** práticas para melhorar a gestão democrática e os espaços de participação no âmbito das próprias escolas e da rede estadual de educação.

Gestão Democrática

Material de Apoio: Etapa Local





Anexo B / 21
Folha 147
Roseli Trevisan RC



Material de Apoio: Etapa Local

INSTRUMENTO 3: LISTA DE DESAFIOS PRIORITÁRIOS

Lista de Desafios

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	

PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO



Material de Apoio: Etapa Local

INSTRUMENTO 4: FICHA DE PROPOSTAS DA ESCOLA

1. Que desafio queremos resolver para fortalecer a gestão democrática na nossa escola?	2. A resolução desse desafio depende principalmente de mudanças: ( ) na atitude de alguns grupos da escola; ( ) nos processos ou seja na forma como as coisas acontecem na escola ou na rede estadual de educação; ( ) nos regulamentos que organizam o funcionamento da escola, da rede, dos Grêmios, Conselhos de Escola ou APMs.
Orientações: Listem apenas o desafio definido no Encontro Local que ficou sob a responsabilidade do seu grupo.	Orientações: Marquem todas as opções que precisam ser transformadas para que o desafio seja resolvido.
3. Que sugestões feitas durante os Encontros Preparatórios podem realmente contribuir para resolver o desafio e fortalecer a gestão democrática na nossa escola? Orientações: Analisem as Fichas de Propostas preenchidas durante os Encontros Preparatórios que tratam do mesmo desafio com o qual vocês estão trabalhando e listem aqui as ações sugeridas que vocês acham que com maior capacidade de contribuir com a resolução do desafio.	

Anexo 3 / 21
Folha 148
Roseli Trevisan 12

Gestão Democrática



Material de Apoio: Etapa Local

4. Quais as propostas da escola para resolver o desafio e fortalecer a gestão democrática? Orientações: Utilizem a tabela abaixo para elaborar até três propostas para resolver o desafio e fortalecer a gestão democrática, considerando: a) o que foi mais sugerido pela comunidade escolar durante os Encontros Preparatórios; b) o que tem realmente condições de ser realizado pela escola, pela Diretoria de Ensino ou pela Secretaria de Educação; c) o que tem mais capacidade de resolver o desafio.		
Qual a proposta 1 e como ela deve ser implementada?	Como a Proposta 1 pode contribuir com o desafio? Que resultados ela pode gerar?	Quem devem ser os responsáveis pela implementação da Proposta 1? ( ) a equipe gestora da escola ( ) os professores da escola ( ) os servidores da escola ( ) os estudantes da escola ( ) os familiares dos estudantes ( ) os parceiros da escola ( ) o Grêmio Estudantil ( ) o Conselho de Escola ( ) a APM ( ) toda a escola ( ) a Diretoria de Ensino ( ) a Secretaria de Educação ( ) Outras pessoas. Liste_____
Qual a proposta 2 e como ela deve ser implementada?	Como a Proposta 2 pode contribuir com o desafio? Que resultados ela pode gerar?	Quem devem ser os responsáveis pela implementação da Proposta 2? ( ) a equipe gestora da escola ( ) os professores da escola ( ) os servidores da escola ( ) os estudantes da escola ( ) os familiares dos estudantes ( ) os parceiros da escola



Material de Apoio: Etapa Local

		( ) o Grêmio Estudantil ( ) o Conselho de Escola ( ) a APM ( ) toda a escola ( ) a Diretoria de Ensino ( ) a Secretaria de Educação ( ) Outras pessoas. Liste_____
Qual a proposta 3 e como ela deve ser implementada?	Como a Proposta 3 pode contribuir com o desafio? Que resultados ela pode gerar?	Quem devem ser os responsáveis pela implementação da Proposta 3? ( ) a equipe gestora da escola ( ) os professores da escola ( ) os servidores da escola ( ) os estudantes da escola ( ) os familiares dos estudantes ( ) os parceiros da escola ( ) o Grêmio Estudantil ( ) o Conselho de Escola ( ) a APM ( ) toda a escola ( ) a Diretoria de Ensino ( ) a Secretaria de Educação ( ) Outras pessoas. Liste_____

Anexo B / 21
Folha 149
Roseli Trevisan

PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO

Gestão Democrática



Material de Apoio: Etapa Local

Exemplo para ajudar no preenchimento da Ficha de Propostas da Escola:

<table>
<tr><td>1. Que desafio queremos resolver para fortalecer a gestão democrática na nossa escola?

A baixa participação dos estudantes nas decisões da escola.</td><td colspan="2">2. A resolução desse desafio depende principalmente de mudanças:

(X) na atitude de alguns grupos da escola;

(X) nos processos, ou seja, na forma como as coisas acontecem na escola ou na rede estadual de educação;

(X) nos regulamentos que organizam o funcionamento da escola, da rede, dos Grêmios, Conselhos de Escola ou APMs.</td></tr>
<tr><td colspan="3">3. Que sugestões feitas durante os Encontros Preparatórios podem realmente contribuir para resolver o desafio e fortalecer a gestão democrática na nossa escola?

Organizar uma campanha de comunicação para explicar para os estudantes como eles podem participar mais ativamente da gestão da escola;
Organizar assembleias mensais abertas a todos os alunos para discutir os principais problemas da escola e enviar sugestões para a diretoria;
Incluir formas mais efetivas de participação dos estudantes no Regulamento da Escola e nos regulamentos da Secretaria de Educação.</td></tr>
<tr><td colspan="3">4. Quais as propostas da escola para resolver o desafio e fortalecer a gestão democrática?</td></tr>
<tr><td>Qual a proposta 1 e como ela deve ser implementada?

Campanha de comunicação para informar estudantes sobre como participar mais das decisões da escola</td><td>Como a Proposta 1 pode contribuir com o desafio? Que resultados ela pode gerar?

A campanha vai contribuir para:</td><td>Quem devem ser os responsáveis pela implementação da Proposta 1?
(X) a equipe gestora da escola
( ) os professores da escola
( ) os servidores da escola
(X) os estudantes da escola</td></tr>
</table>



Material de Apoio: Etapa Local

1. Realizar encontros entre a direção da escola e representantes de Classe e do Grêmio para identificar como os alunos podem participar mais das decisões da escola. **2. Reunir grupo de estudantes com talento para produzir textos, ilustração, fotografia, vídeos, mensagens em redes sociais e promover oficinas para criação de peças de comunicação para divulgar mais as formas de participação dos estudantes.** **3. Realizar encontros com estudantes da escola para saber sua opinião sobre as mensagens divulgadas pelas peças de comunicação, tirar dúvidas e colher mais sugestões.**	**1. Criar mais oportunidade de diálogo entre direção da escola e estudantes** **2. Criar formas mais efetivas de participação dos estudantes nas decisões da escola** **3. Conscientizar os estudantes sobre a importância e as formas de participar das decisões da escola.**	( ) os familiares dos estudantes ( ) os parceiros da escola (X) o Grêmio Estudantil ( ) o Conselho de Escola ( ) a APM ( ) toda a escola ( ) a Diretoria de Ensino ( ) a Secretaria de Educação ( ) Outras pessoas. Liste_____
Qual a proposta 2 e como ela deve ser implementada? **Assembleias mensais com estudantes e direção da escola** **1. Realizar encontros entre a direção da escola e representantes de Classe e do Grêmio para combinar como serão as assembleias, os temas a serem discutidos,**	Como a Proposta 2 pode contribuir com o desafio? Que resultados ela pode gerar? **As assembleias mensais vão contribuir para:** **1. Criar mais oportunidade de diálogo entre direção da escola e estudantes** **2. Criar formas mais efetivas de participação dos estudantes nas decisões da escola**	Quem devem ser os responsáveis pela implementação da Proposta 2? (X) a equipe gestora da escola ( ) os professores da escola ( ) os servidores da escola (X) os estudantes da escola ( ) os familiares dos estudantes ( ) os parceiros da escola (X) o Grêmio Estudantil ( ) o Conselho de Escola

Anexo B /21
Folha 150
Rosell Trevisan



Material de Apoio: Etapa Local

quem poderá participar e quando elas acontecerão. 2. Realizar a primeira assembleia e avaliar para melhorar o que não funcionou bem. 3. Divulgar para toda a escola a data das assembleias e os resultados de cada encontro para que os estudantes e toda a comunidade escolar fiquem informados.	3. Permitir que os estudantes possam contribuir com a solução dos problemas da escola	( ) a APM ( ) toda a escola ( ) a Diretoria de Ensino ( ) a Secretaria de Educação ( ) Outras pessoas. Liste_____
Qual a proposta 3 e como ela deve ser implementada? Inclusão da participação dos estudantes no Regulamento da Escola e nos documentos da Secretaria de Educação 1. Realizar encontros entre a direção da escola e representantes de Classe e do Grêmio para definir como incluir as formas de participação dos estudantes no Regulamento da Escola 2. Diálogo com Diretoria de Ensino e com a Secretaria de Educação para propor formas de incluir a participação dos estudantes nos documentos que falam sobre Gestão Democrática na rede estadual de educação	Como a Proposta 3 pode contribuir com o desafio? Que resultados ela pode gerar? A inclusão da participação dos estudantes nos regulamentos da escola e da rede estadual de educação vão contribuir para: 1. Deixar mais claro como os estudantes podem e devem participar dos processos de decisão nas suas escolas e na rede estadual 2. Institucionalizar essa participação como direito e dever dos estudantes 3. Conscientizar a rede estadual sobre a importância dessa participação	Quem devem ser os responsáveis pela implementação da Proposta 3? (X) a equipe gestora da escola ( ) os professores da escola ( ) os servidores da escola (X) os estudantes da escola ( ) os familiares dos estudantes ( ) os parceiros da escola (X) o Grêmio Estudantil ( ) o Conselho de Escola ( ) a APM ( ) toda a escola ( ) a Diretoria de Ensino ( ) a Secretaria de Educação ( ) Outras pessoas. Liste_____



INSTRUMENTO 5: FICHA DE AVALIAÇÃO

O que foi bom	O que poderia ter sido melhor

Anexo 8 /21
Folha 151
Roseli Trevisan



Material de Apoio: Etapa Local

INSTRUMENTO 6: PRÓXIMOS PASSOS

Ação	Prazo	Responsável



Material de Apoio: Etapa Local

INSTRUMENTO 6: FICHAS DE PROPOSTAS

Grupo: ( ) Equipe Gestora ( ) Professores ( ) Servidores ( ) Estudantes ( ) Pais/Responsáveis e comunidade	
1. O que precisa mudar para fortalecer a Gestão Democrática na minha escola? Orientações: Liste apenas uma mudança por Ficha de Proposta.	2. A mudança que precisa acontecer depende principalmente de transformações: ( ) na atitude de alguns grupos da escola; ( ) nos processos ou seja na forma como as coisas acontecem na escola ou na rede estadual de educação; ( ) nos regulamentos que organizam o funcionamento da escola, da rede, de Grêmios, Conselhos de Escola ou APMs Orientações: Marque todas as opções que precisam ser transformadas para que a mudança que vocês esperam aconteça.
3. O que precisamos fazer para que essa mudança aconteça? Ação 1: Ação 2: Orientações: Liste uma ou duas ações que precisam ser feitas para que a mudança aconteça. Escolha as mais importantes e que vão gerar resultados mais efetivos.	4. Quem deve realizar essas ações? ( ) a equipe gestora da escola ( ) os professores da escola ( ) os servidores da escola ( ) os estudantes da escola ( ) os familiares dos estudantes ( ) os parceiros da escola ( ) o Grêmio Estudantil ( ) o Conselho de Escola ( ) a APM ( ) toda a escola ( ) a Diretoria de Ensino ( ) a Secretaria de Educação ( ) Outras pessoas. Liste aqui_____ Orientações: Liste apenas o grupo que deve liderar cada uma das duas ações que vocês listaram ao lado. Indique quem deve realizar a Ação 1 e a Ação 2.

PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO

Anexo B 121
Folha 152
Roseli Trevisan